



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE – UFCG
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIÁRIDO -
CDSA
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO – UAEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

JANINE DA SILVA COSTA

A REALIDADE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE AMPARO/PB NA DÉCADA
DE 2016 NO SÉCULO XXI

SUMÉ-PB

2016

JANINE DA SILVA COSTA

**A REALIDADE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE AMPARO/PB NA DÉCADA
DE 2016 NO SÉCULO XXI**

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências Sociais
Do Centro de Desenvolvimento Sustentável
do Semiárido da Universidade Federal de
Campina Grande-UFCG, como exigência
parcial para a obtenção do título de
licenciada em Ciências Sociais.**

Orientador: Valdonilson Barbosa dos Santos.

SUMÉ-PB

2016

C837r

Costa, Janine da Silva.

A realidade da mulher no município de Amparo/PB na década de 2016 no século XXI. / Ismênia Vilar Oliveira. - Sumé - PB: [s.n], 2016.

70 f.

Orientador: Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos.

Monografia - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Ciências Sociais.

1. Sociedade brasileira. 2. Mulher na sociedade. 3. Gênero - Desigualdade. I. Título.

CDU: 396 (813.3)(043.1)

JANINE DA SILVA COSTA

**"A REALIDADE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE AMPARO-PB NA
DÉCADA DE 2016 NO SÉCULO XXI"**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Licenciatura em
Ciências Sociais do Centro
Desenvolvimento Sustentável do Semiárido
da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito para obtenção do título de
licenciado em Ciências Sociais.

Aprovada em: 01/06/2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Valdonilson Barbosa dos Santos
(Orientador – CDSA/UFCG)



Profa. M.a Sheylla de Kassia Galvão
(Examinador Titular – CDSA/UFCG)



Profa. Mestranda Jéssica da Silva Vieira
(Examinador Titular – PPGCS/UFCG)

Dedico

À todas as mulheres que me
inspiraram e inspiram todos os dias
para lutar por uma vida com mais
liberdade, diante de um mundo tão
desigual entre os gêneros.

AGRADECIMENTOS

A minha família, de modo especial aos meus pais, que tanto fizeram por mim, me criando como amor, respeito, além de, terem sempre me incentivado a seguir a carreira acadêmica. A minha mãe, Damiana Cazusa, por ser um exemplo de força e determinação. Ao meu pai, José Vagnaldo, pelos seus ensinamentos que até hoje em dia estão em minha mente.

A minha querida vovó Socorro, a qual me criou com todo carinho e paciência do mundo; sempre me incentivando e aconselhando. Obrigado ainda, por todas as vezes que disse que sou linda, e me tirou um sorriso.

As minhas irmãs, sem as quais a minha vida seria sem graça. Laís, a minha parceira de travessuras, obrigado pelas brincadeiras e quedas da infância, e por estar em todas elas, além, é claro, de me aguentar e ajudar em tudo. Thais, minha maquiadora e cabelereira, agradeço pelos milagres de beleza que consegue fazer em mim.

A meu namorado, Edson Cândido pelo apoio dado não só na minha carreira acadêmica, mas em tudo. Sempre tentando arrancar um sorriso meu com cocegas ou brincadeiras, torna os dias difíceis mais suportáveis. E obrigado também, por suportar o meu abuso durante esse período da escrita da monografia.

As minhas tias, Vilma Enéas e Vera Lúcia pelo apoio dado ao longo do curso.

A meu cunhado Wales Fernandes, pelas diversas caronas até a universidade.

A minha prima e amiga Cinthia Costa, pelas conversas inteligentes e incentivos diários na minha vida acadêmica, e, claro, pela ajuda com o abstract deste trabalho.

A minha amiga Ranieli Batista, que desde o tempo dos colégios está presente em minha vida. Sou grata pelo companheirismo que sempre tivemos ao longo dos anos, por termos dividido apartamentos durante o período da universidade, e pelas diversas vezes em que tentou me animar após um dia ruim ou uma briga com Edson.

Aos meus colegas de curso. De modo especial, a Danielle (Dani), Lucinéia (Lulu), Amanda (Amandinha), Jusyeli, e Aryane. Todas vocês tornaram os dias acadêmicos mais agradáveis e felizes. Ainda, agradeço pela companhia e as risadas que me proporcionaram.

Aos meus colegas petianos e ao tutor Irivaldo, que foram de extrema importância na minha formação acadêmica. Em especial, a Morgana, Gutielson, Jessica,

Elizandra, Priscila, Aline, e a Augusto pelos momentos agradáveis pelos quais passamos juntos, e pelos desagradáveis também.

Aos meus professores de curso, Júnia Marússia, Sheylla Galvão, Marciano Monteiro, Paulo Diniz e Joyce Alencar. Levarei de vocês não apenas conhecimentos acadêmicos, mas aprendizagens para a vida. E por último, mas não menos importante ao meu orientador Valdonilson Barbosa, pela orientação, empenho e paciência ao longo desse trabalho. Todos vocês foram e são para mim os “jequitibás”.

“A morte é terrivelmente final, ao passo que a vida está cheia de possibilidades.”

(Tyrion Lannister)

RESUMO

O presente trabalho buscou entender a realidade feminina nos dias atuais no município de Amparo/PB. Trazendo assim, a história pela qual a mulher brasileira passou até chegar nos dias atuais. Deste modo, para conhecer e ilustrar a realidade das amparenses, foi desenvolvida uma pesquisa de campo, utilizando como método de pesquisa a história de vida de quatro participantes, além, de pesquisas em bancos de dados, como sites do IBGE, INEP, TSE. Foram escolhidos quatro perfis diferentes: uma representante política local, uma beneficiária do programa bolsa família, uma chefe de família e uma Técnica de Enfermagem. Buscando conhecer sobre suas vidas e, assim, identificar como é a realidade das mulheres amparenses. Trazendo ainda, a história de submissão a qual a mulher foi imposta pelos homens e o modelo patriarcal. Demonstrado o histórico de superação pelo qual as mesmas passaram, e o quanto foi conquistado com o passar dos anos na sociedade brasileira/amparense. Muitas foram as conquistas das mulheres, que conseguiram alcançar e ter os mesmos direitos que só homens possuíam; passaram a ter direitos políticos, educacionais e profissionais. Também, deixaram a dependência financeira de lado, e por vezes, assumiram a chefia da família. Enfrentando assim, a dominação masculina que existiu por anos na sociedade brasileira.

Palavras-chave: Mulher. Homens. Desigualdade de Gênero. Amparo/PB.

ABSTRACT

The present job sought understand the reality female nowadays in the municipality in Amparo/PB. Bringing so, the history by which the Brazilian woman has until arrive nowadays. That way, to know and illustrate the reality of Amparenses was developed a field research using as research method the story of four participants, beyond, lookups in databases, as sites, IBGE, INEP, TSE, and four interviews with Amparenses. Have been chosen four different profiles: one representative local politics, one benefit from the program Family Bag, one householder and nursing technique. Seeking to know only about your lives and, like this, identify how is it the reality women Amparenses. Bringing yet, the story submission which the women was imposed by men the patriarchal model. Demonstrating the historical to overcome whereby the same they passed, and how much it was won over the years in society Brazilian/Amparense. Many were achievements of the women, what they managed achieve and having the same rights only men possessed; they passed have political rights, educational and professionals. Also, let dependence financial beside, and sometimes, assume the head of the family. Facing so, male domination that existed for years in Brazilian society.

Keywords: Women. Men. Gender Inequality. Amparo/PB.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INEP–instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Texeira.

PB – Paraíba.

PNA – Pesquisa Nacional de Aborto.

TSE – Tribunal Superior Regional.

Lista de gráficos

| | |
|--|----|
| Gráfico 1 - Pessoas ativas economicamente no Brasil por sexo com mais de 10 anos de idade..... | 28 |
| Gráfico 2 - População ativa economicamente por sexo com mais de 10 anos de idade na cidade de Amparo/PB..... | 29 |
| Gráfico 3 - Números de matriculados por sexo no nível fundamental no Brasil..... | 34 |
| Gráfico 4 - Números de matriculados por sexo na educação básica no Brasil em 2014..... | 35 |
| Gráfico 5 - Candidaturas por sexo no Brasil..... | 40 |
| Gráfico 6 - Candidaturas por sexo em Amparo/PB..... | 41 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 13 |
| 2 MULHER: UMA HISTÓRIA DE OPRESSÃO E SUPERAÇÃO..... | 19 |
| 3 CONQUISTANDO SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA/AMPARENSE..... | 25 |
| 4 OS DIFERENTES PAPÉIS QUE AS MULHERES EXERCEM NO MUNICÍPIO DE AMPARO/PB. | 46 |
| 4.1O EMPODERAMENTO DA MULHER AMPARENSE ATRAVÉS DO BOLSA FAMÍLIA..... | 46 |
| 4.2A VIDA DE UMA CHEFE DE FAMÍLIA EM AMPARO/PB..... | 50 |
| 4.3 A MATERNIDADE DA MULHER AMPARENSE: COMO É VISTA NOS DIAS ATUAIS?..... | 52 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS | 59 |
| APÊNDICES..... | 64 |

INTRODUÇÃO

Em nossa sociedade, existe um histórico de tentativas de dominação masculina. Sendo assim, as mulheres teriam que se submeter sempre a pretensão do seu pai, ou quando casada, obedecia aos desejos do seu conjugue. Tal configuração social no Brasil teve seu início com a chegada dos portugueses.

Com o passar dos anos, a mulher na sociedade brasileira começou a lutar pela igualdade entre os sexos. Assim, explica Sarti(2004, p.37):

A presença das mulheres na luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, implicava não apenas se insurgir contra a ordem política vigente, mas representou uma profunda transgressão ao que era designado à época como próprio das mulheres. Sem uma proposta feminista deliberada, as militantes negavam o lugar tradicionalmente atribuído à mulher ao assumirem um comportamento sexual que punha em questão a virgindade e a instituição do casamento, 'comportando-se como homens' (...).

Almejando ter os mesmos direitos e liberdades dos homens. Para tal, não foi fácil conseguir esta equidade, pois temos um machismo arraigado em nossa sociedade há tempos.

Contudo foram anos, para que conquistássemos alguns direitos que só homens tinham, como, por exemplo, frequentar escolas, cursar o ensino superior, passando também, a adentrar no mercado de trabalho, além de, poder votar e ser votada. Tudo isto, era apenas direitos dos homens. Assim, as mesmas percorrem uma grande jornada de lutas para se libertarem das correntes masculinas.

As mulheres enfrentam problemas diariamente, causados pelo machismo, patriarcalismo. Mas, contudo, percebe-se um maior enfrentamento perante as atitudes de dominação comuns do dia-a-dia. De acordo com Duarte(2003, p.151):

Pode-se dizer que a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser.... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente.

As mulheres alcançaram alguns direitos que só os homens possuíam, como trabalhar, votar, estudar, entre outros. Isto não fazia parte da realidade das mulheres na antiguidade. Sendo que, a posição que a mulher atualmente ocupa na sociedade, é diferente da posição que a mesma exercia antigamente. Entretanto, a sociedade acabou esquecendo as lutas femininas que possibilitaram a mulher sair do lar para exercer sua cidadania, alcançar o campo educacional e profissional.

As vidas das mulheres mudaram muito ao longo dos anos, dando-lhes uma liberdade que antes não possuíam. Hoje em dia, a classe feminina tem uma maior liberdade para decidir sobre sua vida, o que antes não era aceitável, já que o patriarca era quem decidia que rumo suas vidas deveriam tomar. Atualmente, é possível escolher sua própria profissão, candidatar-se a um cargo político e até mesmo decidir se vai casar-se, ter filhos, etc. Direitos simples que não faziam parte da vida da mulher na antiguidade.

Deste modo, ao conhecer a história de lutas pelas quais as mulheres brasileiras e ainda perpassam diariamente, surgiu o desejo de estudar e conhecer mais a fundo esta história. E ainda identificar como é a realidade feminina hoje em dia. Sendo moradora de uma cidade pequena no interior da Paraíba, foi pensando em estudar a realidade local. Existem vários aspectos na vida da mulher atual que atraíram minha atenção, sendo questões como mulheres na política, maternidade, sustentar a casa sem um marido, ter sua própria fonte de renda, tornando-se assim objeto de estudo deste trabalho.

Assim, surgiu os questionamentos, como é a realidade feminina na cidade de Amparo/PB? Como são as mulheres amparenses? A partir de tais questionamentos, este presente trabalho, procurou a resposta para esta problemática. Visando assim, descrever a realidade social da mulher amparense.

Nota-se que existem vários estudos realizados acerca da problemática Mulher na sociedade brasileira. Entretanto, no município de Amparo/PB, a realidade feminina necessita de mais estudos. Sendo desconhecidos estudos sobre as amparenses. Deste modo, este presente trabalho visa assim conhecer mais sobre a realidade feminina local. Além de, tentar contribuir com os estudos de gênero, principalmente sobre a vida das mulheres amparenses.

Deste modo, foi realizada uma pesquisa na cidade de Amparo, localizada no interior da Paraíba, com quatro mulheres que tem diferentes estilos de vida. Nesta pesquisa busca-se confrontar a realidade das mulheres amparenses com dados estatísticos de nível nacional. Dados esses retirados de sites como IBGE, TSE, INEP, etc. O município de Amparo está localizado na microrregião do Cariri Ocidental no estado da Paraíba/Brasil. Tendo 2.212 habitantes como população estimada para o ano de 2015, segundo o IBGE¹. As pessoas que residem na cidade são denominadas amparenses. Ainda de acordo com o histórico do site IBGE, Amparo era distrito de Sumé-PB, tendo se emancipado em 29 de abril de 1994.

Amparo é uma cidade pequena do interior paraibana. Na qual, de acordo com o último censo realizado em 2010, a população amparense era de 1.041 mulheres e 1.047 homens.

A cultura local é arraigada a tradição católica. Os cristãos da cidade são devotos do Santo São Sebastião, que de acordo com a história oral local, curou a febre amarela que se alastrou ainda quando Amparo era apenas uma comunidade. Dizimando muitos habitantes desse povoado, sendo assim, um devoto do santo fez uma promessa para que São Sebastião livrasse a enfermidade da comunidade, e assim aconteceu. E deste modo São Sebastião tornou-se o santo o padroeiro do município.

Ainda, todo ano a Igreja católica promove festividades em janeiro, mês em que é comemorado o dia do Santo São Sebastião. Gerando assim uma forte tradição católica na cidade. Tornando-se ainda, conhecida nas cidades vizinhas como a capital da fé e do amor.

É sabido que a cultura local pode influenciar na vida dos indivíduos, bem como na vida das mulheres. Sendo assim, pode-se dizer que a mulher:

No processo de construção da subjetividade, são incorporados, a partir da influência da cultura, modos de linguagem, hábitos e costumes e padrões de comportamento e de valores, inclusive modelos de apreciação estética, isto é, do que é belo ou feio, principalmente com relação ao corpo. (BORIS e CESÍDIO, 2007, p.463)

A cultura é capaz de influenciar na subjetividade feminina. Deste modo, o comportamento feminino amparense é moldado de acordo com a cultura local. Assim, a religiosidade da cidade, acaba assim, interferindo no comportamento e na vida das mulheres amparenses.

¹ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em:< <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250073&search=paraibalamparolinfgograficos:-historico>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

Temos assim, mulheres que ainda valorizam questões como a virgindade das jovens, casamento e filhos. O que se pode confirmar pelo perfil das entrevistadas: das 4 entrevistadas, apenas a chefe de família não possui companheiro, e explica que prefere continuar solteira. Sobre filhos, apenas a técnica de enfermagem não possui filhos, mas almeja ter.

A questão do campo profissional, entretanto, já apresenta um avanço, das 4 entrevistadas apenas a beneficiária do bolsa família não trabalha, mas tem a renda mensal do programa. Ainda na questão de escolarização, apenas a beneficiária do programa bolsa família não chegou a terminar o ensino médio. A Técnica de Enfermagem, possui o curso técnico em enfermagem, e as outras duas entrevistadas concluíram o ensino superior completo.

Pensando em conhecer sobre a realidade feminina da cidade de Amparo/PB, foi pensando em entrevistar mulheres da cidade. Abordando questões sobre a vida das mesmas, além de, ouvir suas opiniões sobre determinados pontos.

Sendo estes quatro perfis escolhidos: uma beneficiária do bolsa família, afim de, identificar o que o programa causou não só na vida da entrevistada, mas como também nas vidas das outras beneficiárias; uma chefe de família, ou seja, uma mulher que proveesse o sustento e os cuidados com a casa, para conhecer como é a realidade destas mulheres na cidade que são viúvas, divorciadas, mãe solteiras e até mesmo que possuem um marido, e que se esforçam para sustentar a família. Procurando saber as dificuldades e preconceitos que enfrentam; uma representante da política local (uma vereadora), para que a mesma apontasse como é a vida de uma mulher na política amparense, quais são as dificuldades e problemas em ser uma mulher na política do município, na qual, quem predomina são os homens; uma técnica de enfermagem (a intenção era entrevistar alguém que trabalhasse na área da saúde no município). Para que a mesma falasse não apenas sobre sua vida, mas sobre a questão da maternidade na cidade. Como ela identifica questões sobre o aborto, a partir de sua experiência, trabalhando por anos no município amparense.

Pensando em ter uma contribuição de um método científico para a problemática trabalhada por esta monografia, foi pensando em uma Pesquisa de Campo, ainda como suporte para a Pesquisa de Campo, foi realizada uma revisão de literatura, servindo de apoio as informações que foram coletadas. Sendo assim, que foram feitas leituras, resumos e fichamentos de obras de autores como Giddens (2005), Bourdieu (1998), Bruschini (2007), Duarte (2003), entre outros.

A metodologia escolhida para o presente trabalho fora pensada para possibilitar ao pesquisador um maior conhecimento sobre o objeto de estudo. Tendo assim, a necessidade de explorar, conhecer mais acerca do objeto, ou seja, do tema que será estudado, que são as mulheres e os novos papeis que exercem frente à sociedade amparense.

Ainda como metodologia de estudo, o presente trabalho utilizou como tipo de Pesquisa de campo Estudo de caso. Segundo Godoy(1995, p.25):

O estudo de caso se caracteriza como um tipo de pesquisa cujo objeto é uma unidade que se analisa profundamente. Visa ao exame detalhado de um ambiente, de um simples sujeito ou de uma situação em particular.

Visando assim, conhecer a realidade feminina amparense, foi pensando como objeto de estudo escolher algumas mulheres da cidade. Utilizando o Estudo de caso como coleta de dados para compreender tal fenômeno. Ainda segundo Godoy (1995, p.27) “a técnica da observação freqüentemente é combinada com a entrevista. Procura-se, em trabalhos de caráter qualitativo, realizar várias entrevistas, curtas e rápidas, conduzidas no ambiente natural e num tom informal”. Deste modo, foram utilizadas entrevistas na pesquisa.

As perguntas das entrevistas foram baseadas em ideias previamente formuladas pelo pesquisador, entretanto, podem e foram surgindo novos questionamentos durante a realização das entrevistas. Para as quatro mulheres escolhidas, foram desenvolvidas entrevistas diferentes, para assim, conhecer a realidade de cada uma. Deste modo, os modelos das entrevistas se encontram em apêndices do presente trabalho. Todas as entrevistadas tiveram seus nomes preservados, recebendo assim, nomes fictícios no presente trabalho. Ainda, vale ressaltar que, as participantes da pesquisa, ainda assinaram um termo de consentimento esclarecido, que também está nos apêndices.

A coleta de dados, ou seja, as entrevistas aconteceram durante o mês de março de 2016, após, o período de leituras, fichamentos e resumos das obras que foram utilizados para este trabalho. E por último, foram analisadas as entrevistas. Durante o trabalho de campo, aconteceram alguns imprevistos como a vereadora ficar doente, o que acabou dificultando a pesquisa com a mesma. Ainda, percebia-se que as entrevistadas acabavam por vezes ficando inibidas quando abordadas para as

entrevistas. Necessitando assim, que o pesquisador esclarecesse que eram perguntas simples sobre seu cotidiano e que não haveria divulgação de seus nomes.

Por fim, o presente trabalho, está dividido em três capítulos, e ao final encontram-se as considerações finais. O primeiro capítulo intitulado, Mulher: uma história de opressão e superação, discutira a história feminina ao longo dos anos. Trazendo assim, um breve resumo da superação feminina frente ao machismo.

No capítulo seguinte, Conquistando seu espaço na sociedade, mostra como as mulheres adentraram no campo profissional, passaram a frequentar escolas e conquistaram o direito a exercer sua cidadania, o direito de votar e ser votada. Além de, trazer dados estáticos demonstrado a evolução das mesmas nesse campo ao longo dos anos, e uma entrevista com uma representante da política local, comentando sobre sua vida na política.

No último capítulo, Os diferentes papéis que as mulheres exercem no Município de Amparo/PB, aborda assim, a realidade feminina local. Trazendo as entrevistas com uma beneficiária do Programa Bolsa Família, uma chefe de família e uma enfermeira. Deste modo, a partir dos questionamentos as mesmas, cada uma delas descreve sua vida; o que possibilitou entender um pouco mais da realidade feminina em Amparo/PB.

2MULHER: UMA HISTÓRIA DE OPRESSÃO E SUPERAÇÃO

As sociedades antigas foram marcadas pela divisão social do papel exercido entre homens e mulheres, que possuíam papéis distintos na sociedade, assim como os direitos. Tal divisão era baseada apenas nas características físicas dos sexos.

Deste modo, vejamos a diferença entre os termos de gênero e sexo masculino e feminino. Giddens (2005, p.102):

Em geral, os sociólogos usam o termo “sexo” para se referir as diferenças anatômicas e fisiológicas que definem os corpos masculino e feminino. Gênero, em contrapartida, diz respeito às diferenças psicológicas, sociais e culturais entre homens e mulheres.

Sendo assim, podemos dizer que as diferenças sociais que nos diferenciam dos homens, são as diferenças entre gênero, que, por sua vez, são apreendidas no convívio social, através da socialização do gênero. Ainda:

As diferenças de gênero não são biologicamente determinadas, são culturalmente produzidas. De acordo com essa visão, as desigualdades de gênero surgem porque homens e mulheres são socializados em papéis diferentes. (GIDDENS, 2005, p.105)

A partir desta perspectiva entende-se que passamos pelo processo de socialização, e assim aprendemos a nos comportar de acordo com o que é esperado da mulher, ou do homem. Portanto, a desigualdade entre gênero surge da apreensão do papel do que é mulher e do que é ser um homem, que se diferem. Somos socializados diferentemente.

Ainda segundo Tilly (1994, p.42) apud Ann Oakley (1972) “‘Gênero’, pelo contrário, é um termo que remete à cultura: ele diz respeito à classificação social em ‘masculino’ e ‘feminino’ [...]”. Deste modo, a diferença entre gêneros é cultural. Sendo que, cada um dos gêneros é socializado em papéis diferentes. Assim, as crianças eram socializadas em papéis diferentes:

As meninas, até com suas brincadeiras infantis, são educadas para serem boas donas de casa, já que brincam de casinha, de boneca, brincadeiras voltadas ao cuidado com a casa e filhos, e são ensinadas a

serem dóceis passivas e dependentes. Aos meninos é dada maior liberdade, podendo brincar na rua, em espaços abertos, em jogos mais agressivos, onde demonstrem coragem, força e independência, e não são ensinados os cuidados com a casa, tarefa essa das meninas. (QUERINO, DOMINGOS E LUZ, 2013,p.04/05).

Pode-se observar que as crianças começam a serem socializadas na infância, um exemplo muito comum são os brinquedos que são dados as meninas e os meninos; os brinquedos das meninas são bonecas, fogão, casas para as bonecas. Os meninos, que por sua vez ganham carros, bolas, armas do seu super-herói favorito. Mostrando assim uma clara diferença de como as crianças do sexo feminino passam por um processo de socialização diferente, sendo ensinada a como se comportar como uma mulher, e suas tarefas que serão cuidar da casa, da família.

É a partir dos papéis diferentes dados aos dois tipos de gênero, o masculino e o feminino, que surge à questão da dominação entre homem e mulher. Assim, os homens viam as mulheres como seus objetos, o que ocasionou uma tentativa de opressão por parte do sexo masculino.

Segundo Bourdieu (1998, p. 82) “Delas se espera que sejam ‘femininas’, isto é, sorridentes, simpáticas, atenciosas, submissas, discretas, contidas ou até mesmo apagadas”. Portanto, as mulheres deveriam ser seres submissos e só poderiam fazer algo com o consentimento do marido, ou do pai, como, por exemplo, o modo de se comportar, estudar, trabalhar, e até mesmo a roupa que poderia vestir. Assim designava-se a função da mulher, um ser submisso á vontades do seu patriarca.

Desse modo, em vários lugares do mundo a história feminina é repleta de tentativas de inferiorização, submissão e opressão por parte dos homens e resistência e superação por parte das mulheres, sendo assim, aqui no Brasil, não poderia ter sido diferente.

No período colonial, os europeus, com seus costumes e tentativas de opressão sobre os indígenas, passaram assim, a impor um modelo patriarcal aqui no Brasil; no qual:

(...) o homem tinha o direito de controlar a vida da mulher como se ela fosse sua propriedade, determinando os papéis a serem

desempenhados por ela, com rígidas diferenças em relação ao gênero masculino. (BORIS; CESÍDIO, 2007, p.456)

O modelo patriarcal designa que, o patriarca (o homem), é o chefe da casa, que deverá prover o sustento do lar, além de, controlar toda a família, incluindo sua esposa. Sendo que, o patriarcalismo, coloca a mulher como um ser submisso, e inferior. Tendo este modelo como ideal, os portugueses, o impuseram no Brasil, tanto aos indígenas, quanto aos novos habitantes que chegaram ao país.

O patriarcalismo vigorou por muitos anos no Brasil, no qual a mulher era excluída da sociedade. Deste modo, as mulheres não poderiam trabalhar, exceto as escravas – claro, pois essas, nem eram consideradas seres humanos. Desta forma, o trabalho, apenas seria permitido se o pai ou marido concordasse, pois, as mesmas não poderiam decidir por si próprias. Ficando assim, muitas vezes reclusa as atividades do lar, como, por exemplo: os afazeres domésticos, dar ordens aos empregados, além dos cuidados com as crianças e maridos.

A educação das jovens também era restrita. Ainda no período colonial, apenas as sinhazinhas, recebiam uma educação, e frequentavam colégios, diferentemente das escravas, que estavam voltadas apenas para suas atividades. Desse modo:

O programa de estudos destinados às meninas era bem diferente do dirigido aos meninos, e mesmo nas matérias comuns, ministradas separadamente, o aprendizado delas limitava-se ao mínimo, de forma ligeira, leve. Só as que mais tarde seriam destinadas ao convento aprendiam latim e música; as demais restringiam-se ao que interessava ao funcionamento do lar: ler, escrever, contar, coser e bordar; (ARAÚJO, 2011, p.50/51)

Portanto, observa-se que, as meninas recebiam uma educação diferenciada dos meninos. As jovens recebiam uma educação voltada para o casamento, e como ser uma boa esposa. Sendo que, tais ensinamentos apenas as preparavam para se tornarem seres submissos aos homens. Não interessado assim que as jovens estudassem, pois, as mesmas só poderiam se tornar uma coisa: uma boa esposa e mãe. Vale ressaltar ainda que, poucas escravas puderam realmente se casar e formar uma família.

Ainda no período colonial, a Igreja Católica ditava as regras, tendo em vista que europeus ao chegarem no Brasil, acabaram impondo-a aos habitantes índios, africanos,

etc.. A Igreja Evangélica, por sua vez, ainda estava surgindo no Brasil Colônia. Portanto, a Igreja Católica tinha maior influência, pregando assim o que as mulheres deveriam ou não fazer. A formação das famílias era algo sagrado, devendo as esposas seguir certos mandamentos, como, por exemplo, sempre obedecer seu marido e fazer vistas grossas as suas traições.

O casamento era algo que a maioria das mulheres almejava, pois, apenas as senhoras casadas eram respeitadas. Os matrimônios eram arranjados pelo pai, sendo imposto o noivo a jovem, que não poderia fazer recusa. Os noivos deveriam pertencer ao mesmo segmento social, ou seja, rico deveria casar com rico, e pobre casava-se com pobre. A ideia de união por amor, não existia nesta época, pois, o matrimônio servia mais como uma aliança entre as famílias. Sendo o casamento algo tão sagrado, foram escritos manuais para ditar como deveria ser a conduta feminina:

Na maior parte das vezes, os compêndios de comportamento femininos foram regidos pelos homens e resumem as imagens que estes possuíam sobre as mulheres. Filósofos, moralistas, sacerdotes, médicos e demais homens de letras ou ciências não deixaram jamais de se preocupar com as ações e posturas das mulheres, e exprimiram em seus escritos crenças e dúvidas sobre a natureza feminina; estabeleceram também regras de relacionamentos entre os sexos. (ALGRANTI, 1992 p.123)

Dentro do casamento a mulher tinha sua função “cabia-lhe ensinar aos filhos a educação do espírito: rezar, pronunciar o santo nome de Deus, confessar-se com regularidade, participar de missas e festas religiosas” (Del Priore, 2013). Ainda, era proibido conversar com um homem que não fosse seu marido, ou sair na rua desacompanhada, uma mulher respeitável também só poderia ser atendida por um médico na presença do seu marido; e ao dar à luz a uma criança, só poderia ter ajuda de uma parteira. Uma boa esposa deveria seguir este modelo, não importava sua classe social, tanto faz se era pobre ou rica.

As mulheres que viveram no período colonial, tanto as indígenas, mulatas, escravas e brancas, foram personagens ativas historicamente, mesmo com os homens se opondo a isto. Assim, conforme Perrot “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder” (1991, p.503).

Apesar de, terem sido colocadas como seres inferiores, submissos, e que as mesmas deveriam ser a imagem e semelhança da virgem Maria, conseguiram resistir, e assim, tornar-se agente ativo na história. Conforme, Burille(2012, p.6/7):

Era o controle do invisível sobre o visível no cotidiano de tantas mulheres, que acabavam ficando sempre sozinhas, uma vez que o processo de colonização proposto obrigava o nomadismo dos homens. Elas eram obrigadas a ficar sozinhas e ainda escolher entre ser um exemplo de moral ou se tornar uma desqualificada aos olhos dos outros, demonizada por todos e ainda excluída do convívio social.

Assim, percebe-se que as mulheres, acabaram utilizando-se da ideia de que eram submissas, para assim, conseguirem burlar o domínio masculino. Vistas como inofensivas, e incapazes, conseguiram grandes feitos. Assim:

O papel da santa-mãezinha era uma imposição para impedir contravenções e desordens, para que as autoridades, tanto civis quanto religiosas, sistematizassem a organização da colônia, de forma a inibirem o comportamento confuso e libidinoso das negras, mulatas, índias e até das brancas pobres. E nesse papel, elas deram a revanche: passou a ter poderes discretos e informais, desmentindo a ficção do poder masculino na sociedade colonial. Aceitando o papel que a Igreja determinava a elas, indiretamente assumiam grandes poderes naquela sociedade machista. Nesse papel, muitas vezes se livravam da exploração doméstica e sexual, das humilhações, abandono e violência. (BURILLE, 2012, p.7)

Conforme o exposto, às mulheres acabaram resistindo bravamente a dominação, e negando a objetificação de suas almas e corpos. Mesmo sendo silenciadas como agentes participativos da história do Brasil. Elas estiveram presente, sendo cuidando de suas famílias, exercendo lideranças, ou mesmo lutando contra o patriarcalismo que se instaurou no Brasil. O que resta é tentar resgatar as participações femininas ao longo dos tempos, pois, as mesmas foram esquecidas por quem conta a história.

Assim, configurava-se a vida da mulher no período colonial, entretanto, as mesmas começaram a oferecer resistência ao domínio masculino. Passaram a buscar liberdades, como poder trabalhar fora de casa, estudar, e terem seus direitos políticos, e passaram até mesmo a ter o direito de decidir sobre seus corpos. E com as lutas femininas vieram tais conquistas. Conforme Nogueira(2001, p.8):

Como resultado das lutas dos movimentos feministas muitos dos aspectos que afectavam a vida das mulheres tornaram-se pontos

importantes de debate e de estudo nos meios acadêmicos. As mulheres, que durante tanto tempo estiveram ausentes da história, começaram a tornar a sua existência visível, e conseqüentemente a problematizar as questões do sexo/gênero.

Apesar de terem sido excluídas da história por muitos anos, tal situação se modificou e hoje em dia temos as mulheres em papel de destaque; tem-se, por exemplo, políticas sociais e leis voltadas exclusivamente para o sexo feminino, que acabaram por trazer melhorias para suas vidas.

Nos dias atuais, nota-se que, temos um sexo feminino que alcançou seus direitos políticos, passou a frequentar escolas, além de adentrar no campo profissional, configurando assim nova identidade da mulher brasileira. Percebe-se que, “as diversas mudanças ocorridas ao longo dos últimos cinquenta anos passaram a delinear uma postura diferente da mulher diante da sociedade” (Matos, 2005, p.13). Hoje em dia temos uma nova mulher, que cada dia mais avança na sociedade.

3CONQUISTANDO SEU ESPAÇO NA SOCIEDADE BRASILEIRA/AMPARENSE

Desde os tempos antigos a classe feminina sofre com a tentativa de dominação da parte masculina, assim eram em todas as esferas de sua vida. Portanto, isso acontecia com a questão do trabalho também, as mesmas só poderiam exercer alguma atividade, caso seu patriarca permitisse. Mas, com resistência e lutas, as mulheres adentraram dentro do mercado de trabalho, apesar do preconceito existente contra elas.

A luta das mulheres se deu para conquistar uma posição de igualdade perante o sexo oposto, e assim, alcançar uma igualdade de direitos. As mesmas almejavam a liberdade de tomar suas próprias decisões sobre suas vidas. A partir da resistência feminina perante os atos opressores, surgem as primeiras mulheres que adentravam dentro das escolas, e do campo de trabalho. Conforme Rocha *et al*(2013, p.78):

As mulheres, porém, decidiram sair de suas casas e enfrentar o mercado formal, ou seja, buscaram emprego e independência financeira. Suas mentes se abriram para o mundo comercial e progressista, gerando a vontade de adquirir espaço em lugares que antes eram ocupados somente por homens. Embora, tenham tomado essa decisão na época considerada radical, as mulheres acabaram cercadas de práticas discriminatórias, a começar pelo ordenado e tratamento em ambiente de trabalho.

As mulheres com muitos esforços conseguem chegar ao mercado de trabalho. Entretanto, os preconceitos contra as mesmas continuavam, pois, consideravam que o lugar da mulher seria no seu lar, cuidando da família. Acreditavam assim, que o campo de trabalho era limitado apenas para homens. E apesar de terem conquistado um lugar no mercado do trabalho, as condições não eram iguais para os dois gêneros. A mão de obra de feminina recebia um valor inferior ao que os homens recebiam.

O primeiro trabalho exercido pela mulher, constituiu-se nos serviços domésticos, onde a mesma cuidava dos afazeres do lar, como: limpar, varrer, e arrumar a casa, além de, cozinhar, lavar e passar roupas. Não sendo remuneradas e nem tendo o devido reconhecimento por tais atividades. Com o passar dos tempos, a mulher decidiu exercer atividades remuneradas fora do lar, desta forma “as indústrias de fiação e tecelagem

absorviam grande parte dessa mão-de-obra “abundante e barata”, como também as fazendas de café”(Alves, 2002). Assim, os primeiros trabalhos foram manuais, os quais não requeriam estudos.

Assim, com a baixa escolaridade as mulheres eram obrigadas a exercer trabalhos manuais. Desse modo, como explica Bruschini(2007, p.570):

(..) maior contingente de trabalhadoras, mais de 30% da força de trabalho feminina, continua sendo composto por um grupo de ocupações precárias: empregadas domésticas –75% das quais sem registro em carteira – trabalhadoras não remuneradas e aquelas que trabalham para o próprio consumo e o consumo familiar, principalmente no setor agrícola.

Portanto, a maior parte das mulheres, que não tinham nenhum ou um pouco nível de escolaridade, se viram obrigadas a trabalharem principalmente como empregadas domésticas, e em condições precárias; não tendo nem sequer seus direitos resguardados enquanto trabalhadoras.

A situação do mercado de trabalho brasileiro para o sexo feminino começou a se modificar com a chegada do capitalismo ao país. Sendo que:

A popularização do trabalho assalariado feminino no território brasileiro tem seu estopim na década de 1930, mesmo período em que as grandes indústrias se instauram no país, durante o governo de Getúlio Vargas, fazendo com que a mão-de-obra feminina fosse indispensável para suprir a demanda de empregos dessa nova fase. (CAMARGO. 2014,p.17)

Assim, a partir da década de 1930, aumentou o número de mulheres exercendo atividades remuneradas, devido às demandas industriais, que necessitavam de mais mão-de-obra. Entretanto, com o passar dos anos, as mulheres, expandiram-se dentro do mercado de trabalho, ocupando assim, outras atividades.

Deste modo, era necessário que as trabalhadoras, tivessem as mesmas condições de trabalho que os homens. Assim:

Ficou estabelecido na Constituição de 32 que “sem distinção de sexo, a todo trabalho de igual valor correspondente salário igual; veda-se o trabalho feminino das 22 horas às 5 da manhã; é proibido o trabalho da mulher grávida durante o período de quatro semanas antes do parto

e quatro semanas depois; é proibido despedir mulher grávida pelo simples fato da gravidez”. (PROBST, 2003, p.02)

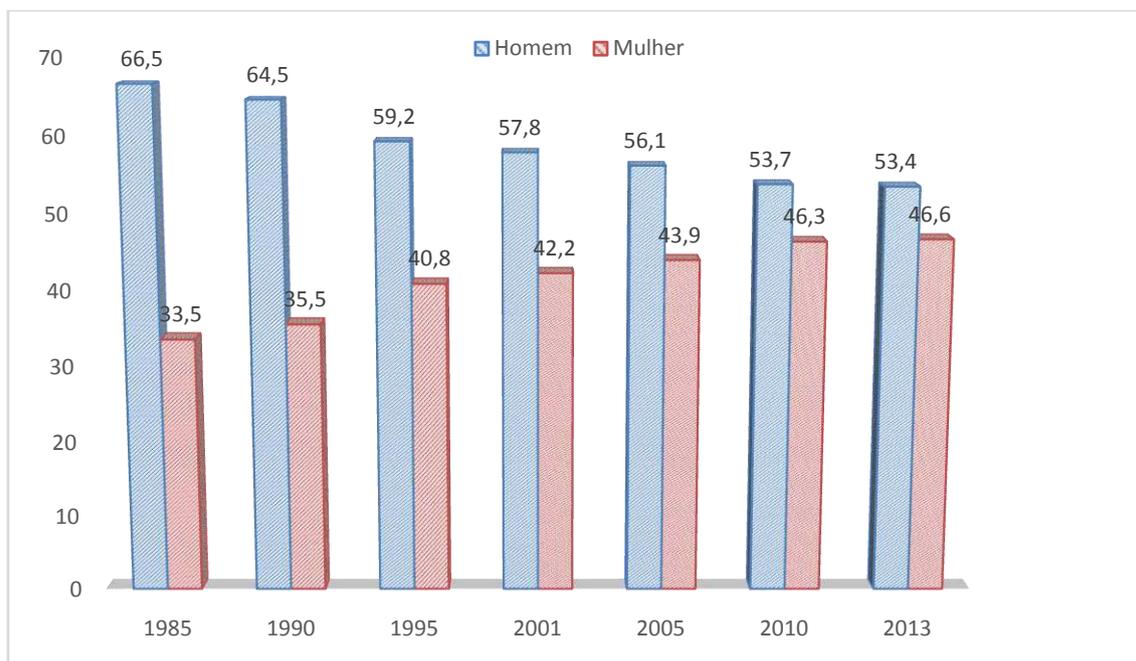
Contudo, mesmo tendo os direitos assegurados na constituição, muitas vezes eles não foram colocados em prática, pois, a ideia de inferiorização da mulher perante o homem, ainda permanecia muito forte. Assim, apesar de ter sido uma conquista, era necessário colocá-la em prática. Deste modo, as trabalhadoras, lutavam pelos seus direitos.

No Brasil, a situação das mulheres no mercado de trabalho, ganhava uma nova conjuntura a partir da década de 1970. As mulheres além de exercerem atividades remuneradas no âmbito doméstico, e nos trabalhos manuais nas fábricas, passaram a entrar em outras áreas dentro do campo de trabalho. Como explica Bruschini(1998, p.3):

Por fim, transformações nos padrões culturais e nos valores relativos ao papel social da mulher, intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas desde os anos setenta e pela presença cada vez mais atuante das mulheres nos espaços públicos, alteraram a constituição da identidade feminina, cada vez mais voltada para o trabalho produtivo.

Portanto, cada vez mais as mulheres aspiravam mudanças significativas em suas vidas profissionais, passando assim, a trabalhar em profissões que até então era voltadas para homens. Desse modo, a mulher brasileira ganhava mais autonomia em suas vidas, decidindo sobre o seu futuro profissional, e tendo a dependência financeira, pela qual tanto lutaram. Observamos assim o gráfico 1.

Gráfico 1 - Pessoas ativas economicamente no Brasil por sexo com mais de 10 anos de idade

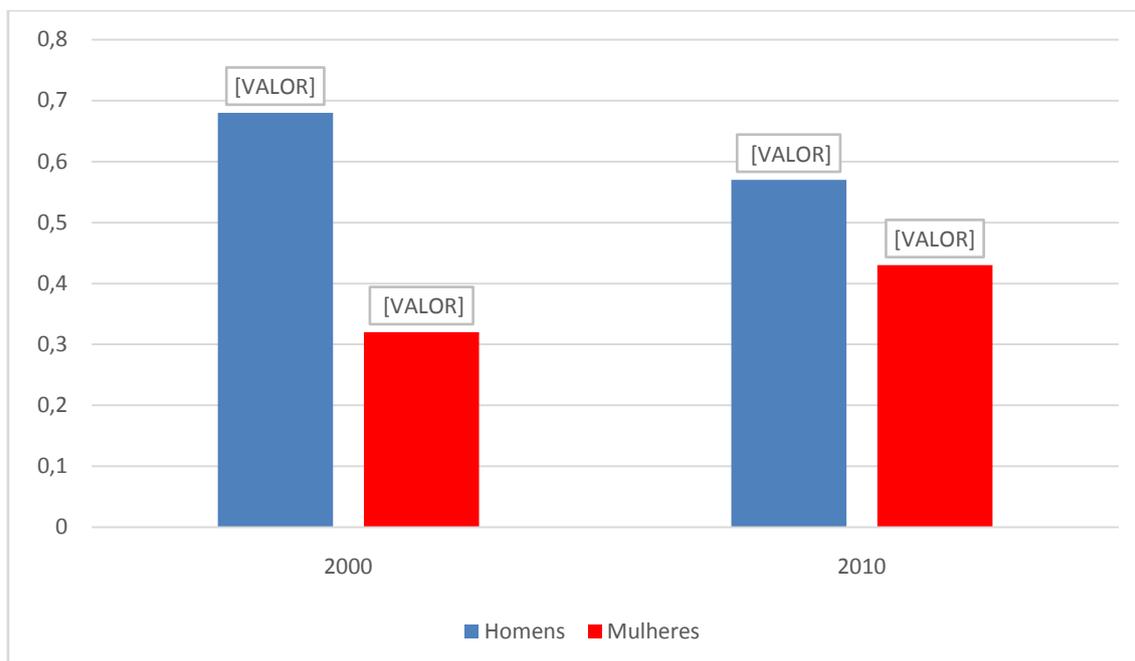


(Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.1985/2013)

O gráfico 1 mostra os números de pessoas ativas economicamente no Brasil por sexo com mais de 10 anos de idade. Confirmando assim, a evolução do sexo feminino dentro do quadro de trabalho no Brasil. Verifica-se que, ao longo dos anos, as mulheres cada vez mais se tornaram economicamente ativas. Deixando de lado aquela dependência financeira que tinham de seu pai, irmãos e maridos.

Em 1985, poucas mulheres possuíam alguma renda, ocupando deste modo, apenas 33,5%, enquanto os homens, ficavam em 66,5% dos números de pessoas ativas economicamente no país. Entretanto, as diferenças nos números foram diminuindo ao longo do tempo. Deste modo, passados 28 anos, homens e mulheres praticamente dividem o campo de atividades econômicas, de modo igualitário, sendo apenas uma diferença 6,8% nos números em 2013. Vale ressaltar que o ano de 2013 foi o último ano disponibilizado para consulta no site do IBGE durante o período de escrita deste trabalho. Agora vejamos o gráfico 2 que tem os números da cidade de Amparo:

Gráfico 2 - População ativa economicamente por sexo com mais de 10 anos de idade na cidade de Amparo/PB:



(Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística 2000/2010)

Os dados retirados no site do IBGE, demonstram que ao longo dos anos as mulheres tornaram-se mais economicamente ativas no município amparense. Em 2000, apenas 32% mulheres possuíam algum tipo de renda, já os homens representavam 68% da população. Passando para 2010, o número de homens ativos economicamente diminuiu para 57% e as mulheres cresceram para 43%. Chegando assim, perto da média nacional brasileira que é de 53,4% para os homens e de 46,6 para as mulheres.

Ainda de acordo com os indicadores sociais do IBGE² o percentual de contribuição das mulheres no rendimento familiar foi de 39,1% no de 2000 para 53,7% no ano de 2010, no município de Amparo. Este indicador leva em consideração como as mesmas estão contribuindo monetariamente com suas famílias

Deste modo, considera-se que as amparenses estão cada vez mais avançando dentro do campo econômico. É claro que ainda existe essa pequena diferença a ser

²IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250073&search=paraibalamparolinfgograficos:-historico>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

superada. Mas tal evolução em números demonstra o quanto o sexo feminino conseguiu superar ao longo dos anos a dependência financeira, a qual era submetida pelos homens.

Apesar das mulheres, terem saído de suas casas, e alcançado o mercado de trabalho, elas ainda almejavam exercer profissões prestigiadas como medicina, advocacia, engenharia, estas que até então era apenas ocupadas pelos homens. Mas, para exercer tais cargas, necessitavam de estudos, e poucas mulheres sabiam ler e escrever, já que a educação estava voltada para ensinamentos sobre a vida doméstica. Deste modo, nascia outra luta importante, adentrar nas escolas. Conforme, Duarte(2003, p.153):

E foram aquelas primeiras (e poucas) mulheres que tiveram uma educação diferenciada, que tomaram para si a tarefa de estender as benesses do conhecimento às demais companheiras, e abriram escolas, publicaram livros, enfrentaram a opinião corrente que dizia que mulher não necessitava saber ler nem escrever.

Deste modo, esta parcela letrada teve papel fundamental, pois foram elas que começaram a lutar pela igualdade com os homens. Começaram assim, a ensinar as outras mulheres, que não tiveram a mesma sorte, e não sabiam nem ler e escrever. Além de terem encorajado outras tantas a lutar pela igualdade e que decidiam também se alfabetizar.

Conforme, Duarte (2003) um nome de destaque é de Nísia Floresta Brasileira Augusta, pois, a mesma teve um papel importante na sociedade brasileira com:

Seu primeiro livro, intitulado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, de 1832, é também o primeiro no Brasil a tratar do direito das mulheres à instrução e ao trabalho, e a exigir que elas fossem consideradas inteligentes e merecedoras de respeito. (DUARTE, 2003, p, 153)

Sendo assim, a mesma fora uma das primeiras mulheres brasileiras a afrontar a dominação masculina. Exigindo, portanto, a igualdade entre os gêneros, e que as mulheres passassem a ter os mesmos direitos que os homens possuíam. Ainda, almejavam que o sexo feminino adentrasse nas escolas, e desta forma, também aprendessem a ler e escrever. Assim, outras mulheres letradas começaram a apoiar a causa, desejando que o letramento se tornasse possível para todas.

As famílias não se preocupavam em oferecer ensino para as jovens. Dentro das casas, a prioridade de frequentar colégios era dos meninos, já que eles seriam os provedores de seus lares. Portanto, as meninas, não necessitavam de grandes estudos, pois quem deveria fornecer o sustento da família, era o homem. Mas, as mesmas enfrentaram tais dificuldades e lutavam pelo direito de frequentar escolas, e receber um ensino, do mesmo modo que o sexo masculino possuía tal direito.

A luta feminina pelo direito a educação, teve uma importante conquista:

A primeira legislação autorizando a abertura de escolas públicas femininas data 1827, e até então as opções eram uns poucos conventos, que guardavam as meninas para o casamento, raras escolas particulares nas casas das professoras, ou o ensino individualizado. (DUARTE, 2003, p.153).

Desse modo, tornou-se possível o acesso as escolas para o sexo feminino. Mas, dentro dos colégios, continuavam a diferenciação entre os sexos, sendo que, as meninas estudavam em classes distintas dos meninos. Ainda, as meninas deveriam estudar com professoras, e os meninos, com professores. Entretanto, a educação voltada para as meninas, apresentavam dificuldades, como falta de professoras. Além de, apenas ser obrigatório e gratuito o ensino básico para as jovens. O ensino secundário era fornecido pelas escolas privadas, sendo assim, apenas as famílias ricas poderiam proporcionar tal formação a suas filhas. As famílias mais pobres, por sua vez, se preocupavam em conseguir um bom casamento para as jovens (Cunha e Silva, 2010).

O currículo nas escolas voltado para as jovens era composto por “leitura, escrita, quatro operações, gramática, moral cristã, doutrina católica e prendas domésticas” (MANOEL, 1996, p.23). Os meninos, por sua vez, recebiam um ensino profissionalizante. Portanto, mesmo com a entrada das mulheres nas escolas, continuaram as tentativas de dominação do homem sobre a mulher. As jovens continuavam com a sua função principal de se tornarem uma boa dona de casa, esposa e mãe.

A educação seria um meio de possibilitar a mulher sua libertação diante da dependência perante o sexo masculino, por este motivo, ela lhe foi negada. Como explica Araujo(2011, p, 287):

O direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização é niveladora das desigualdades do ponto de partida.

Deste modo, a educação estava sendo apenas, um ensino voltado para manutenção da inferiorização do sexo feminino diante dos homens. Sendo que, a mesma estava sendo distribuída de modo desigual, enquanto, os jovens, tinham um ensino mais profissionalizante, com possibilidades de frequentar um ensino superior. As mulheres, apenas continuavam a se preparar para vida doméstica. Assim, a educação, não estava de modo algum acabando as desigualdades sociais entre os gêneros, e sim, aumentando cada vez mais tais diferenças.

A luta das mulheres pela educação ganhou importantes aliados, que foram os jornais e revistas, que tratavam de assuntos femininos, além de destacar seus importantes feitos pelo mundo a fora. A revista *Era Nova*, ganhou destaque na Paraíba em 1920. Revista essa que tinha mulheres como escritoras, escrevendo assim, sobre suas opiniões. Fato esse que era novo em uma época que apenas os homens tinham o direito de expressar suas opiniões (MEDEIROS, 2011).

Assim, ainda destaca-se:

Dentre tantos, início com *O sexo feminino*, dirigido pela incansável Francisca Senhorinha da Mota Diniz, de longa vida e muito sucesso. Pesquisas revelam que o periódico teve três fases. A primeira, de 1873 a 1875, em Campanha da Princesa, Minas Gerais, já com a surpreendente tiragem de oitocentos exemplares e assinantes em diferentes cidades. A segunda, ocorre alguns anos depois, no Rio de Janeiro, de 1887 a 1889, para onde Francisca Senhorinha havia se transferido com a filha Elisa, tornando-se um nome conceituado junto à Corte. (DUARTE, 2003, p, 156)

Desse modo, estes jornais e revistas, visavam conscientizar todas as mulheres sobre seus reais direitos. Várias mulheres como Francisca Senhorinha da Mota Diniz e sua filha, foram de suma importância na luta dos direitos do sexo feminino. Além de outros importantes nomes, como o de Amélia Carolina da Silva Couto, e Josefina Álvares de Azevedo, ambas jornalistas engajadas nas lutas femininas, almejando, que as mulheres conquistassem seu espaço em sociedade machista.

Assim, um importante marco histórico se deu quando foi alcançado o ensino superior. Assim explica, Blay e Conceição (1991, p.51):

A mulher começa tardiamente a frequentar a universidade no Brasil: no fim do XIX, na área de medicina. D. Pedro II fez aprovar, em 19 de abril de 1879, uma lei permitindo á mulher frequentar curso superior, pois observou que a bolsa que concedera em 1876 a Maria Augusta Generosa Estrela para estudar medicina em Nova York não lhe permitirá exercer a profissão quando retomara, formada, ao Brasil.

Apesar deste decreto, poucas mulheres passaram a ingressar no ensino superior de fato. A sociedade brasileira, ainda acreditava que o lugar de mulher era dentro de casa, preparando-se para o casamento. Deste modo, o preconceito contribuía para os baixos números das jovens dentro das universidades. Ainda:

Analisando seus arquivos, vimos que a primeira acadêmica da Faculdade de Direito formou-se em 1902 e só em 1911 diplomou-se a segunda. As primeiras mulheres se diplomarem em medicina em 1918 e, na Escola Politécnica, a primeira engenheira é de 1928. Estas carreiras “tradicionais”, excetuando-se a engenharia, só começaram a mudar o seu perfil nos anos 40 ou mais tarde ainda. (BLAY E CONCEIÇÃO 1991, p.51/52)

Desse modo, tais cursos eram vistos como cursos para homens. Sendo, assim as mulheres praticamente não os cursavam. Existindo todo um preconceito social, que afastava o sexo feminino destas graduações. Ficando para as mulheres os cursos voltados para os magistérios, pois, com sua feição natural para a maternidade, e cuidado com marido, tornar-se-iam boas professoras. Porém, a situação foi mudando, e cada vez mais as mulheres passaram a cursar tais cursos “tradicionais”. Na Paraíba, a primeira mulher a cursar o curso de medicina foi Eudésia Vieira. Conforme Sales e Silva:

Eudésia foi a única mulher na turma a receber o grau de doutora e a primeira paraibana a conquistar o título pela Faculdade de Medicina de Recife, ali recebeu o diploma de doutora em ciências médicas e cirúrgicas, por ter sido a única que defendeu Tese de Doutorado (Síndrome de Schickelé) dentre os cinquenta e dois diplomados naquele ano de 1934. (SALES; SILVA, 2008, p.22)

Assim, as mulheres cada vez mais entravam em cursos como medicina. Vencendo assim o preconceito de que tais profissões estariam reservadas aos homens, pois, os mesmos teriam mais capacidade intelectual do que o sexo oposto.

Deste modo, com o passar dos anos, as mulheres que antes nem sequer aprendiam a ler e escrever, agora ocupam quase metade das cadeiras nas Escolas e Universidades brasileiras. Desse modo vejamos os números crescentes de mulheres e homens matriculados no nível fundamental no Brasil:

Gráfico 3 - Números de matriculados por sexo no nível fundamental no Brasil:



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2005/2013).

As informações do gráfico foram retiradas do site do INEP³. Mostrando assim os números de matriculados por sexo no nível fundamental em todo o país, a partir de 2005 até 2014. Portanto, verifica-se que, os homens ainda são maioria nas escolas de ensino

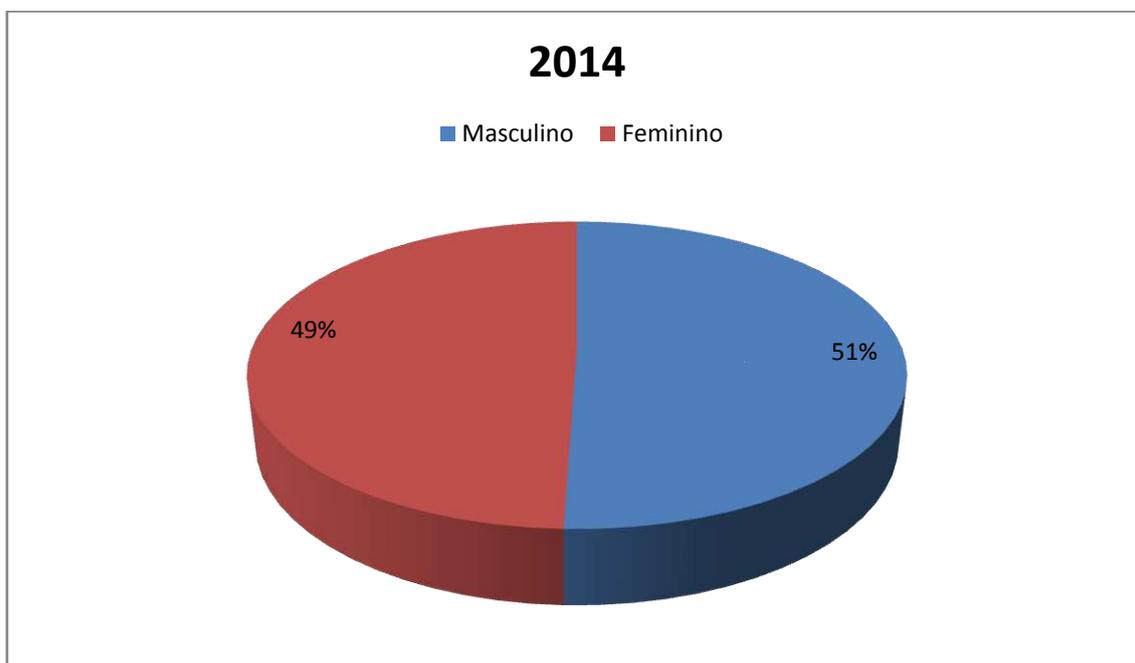
³BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **INEP**. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acessado em: 02 de novembro de 2015

fundamental, mas, vale ressaltar que, tal número vem decrescendo com o passar dos anos.

Assim, a partir do quadro, podemos identificar uma diferença nos números, onde o sexo masculino ainda está na frente nos números de matrículas. No ano de 2005, a diferença entre matriculados é 0.799.759,00 mil, ou seja, menos de 1 milhão, já em 2007 é de 0.943.784,00, mil e em 2009, passou para 0.567.726,00, mil, entretanto, em 2011, teve um aumento e subiu para 1.123.676,00, mil e em 2014, caiu para 0.956.403,00 mil. Portanto, os dados mostram que os homens ainda são a maioria a frequentar o ensino fundamental, mas, as mulheres também estão frequentando-o.

Apesar que, notamos uma trajetória marcada por avanços e retrocessos, pela qual as mulheres passaram, e ainda estão passando. Em um momento mais mulheres frequentavam o ensino fundamental, no ano seguinte esta parcela diminuía. Mas, vemos que, as mudanças na educação brasileira de fato aconteceram, e que as mulheres a cada dia demonstram superação frente a nossa sociedade machista. Para confirmar os números que as mulheres ocupam na educação brasileira, observemos o gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Números de matriculados por sexo na educação básica no Brasil em 2014:



Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2014).

No gráfico acima, nota-se que, as mulheres, praticamente alcançaram o mesmo número que os homens na educação básica em 2014. Os dados são baseados nos números de matrículas realizadas nas escolas brasileiras. Sendo que, o sexo feminino, ocupa 49%, e os homens, por sua vez, representam 51%, dentro das escolas. Demonstrando assim, uma realidade bem diferente, de anos atrás.

Passamos agora para a educação amparense, para isso foram coletados dados no site do IBGE⁴. O percentual de homens ocupados, com 25 anos ou mais de idade, sem instrução e Ensino Fundamental incompleto é 75,4%, já para as mulheres o percentual é de 52,2%. Também podemos ver a taxa de analfabetismo a partir dos 15 anos de idade, que, para os homens é 26,6% e de 16,3% para as mulheres. Ainda, o abandono escolar precoce 18 a 24 anos, é maior entre os homens, com 46,3%, as mulheres ficam atrás com 41,6%.

No ensino superior o número de pessoas com idade entre 18 e 24 anos de idade que frequentavam universidades, é 3 pessoas para os homens e de 14 pessoas para as mulheres. Ainda vale ressaltar que estes números são do ano de 2010, último ano disponibilizado para consulta no site do IBGE. Portanto, tais números devem ter variado.

Deste modo, vemos que as mulheres estão se escolarizando mais que os homens no município do Amparo. Ocupando o maior número no ensino superior, temos cada vez mais mulheres preparadas para exercerem diversos cargos de destaque na sociedade. Tentando assim, vencer o preconceito existente contra as mesmas. Acontecendo de fato verdadeiras modificações nas relações de gênero.

As mulheres, com muitos esforços lutavam para entrar no mercado de trabalho, nos colégios, e também, almejavam ter participação, ativa na política brasileira, já que, as mesmas não tinham o direito ao voto, e muito menos poderiam se candidatar para exercer algum cargo político. Então, passavam agora a reivindicar os seus direitos políticos. Vistas como seres inferiores, incapazes assim, de entender e participar da política.

A história do sufrágio universal feminino, passa por vários momentos. Assim:

⁴IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000/2010**. Disponível em: <[http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250073&idtema=132&search=par aibalamparolsistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010](http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250073&idtema=132&search=par+abalamparolsistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010)>. Acesso em: 09 de maio 2016

Observe-se, por exemplo, as discussões ocorridas durante a elaboração da primeira constituição republicana brasileira, em 1891. A assembleia constituinte debateu e vetou o sufrágio feminino. Os que argumentavam contrariamente se referiam, por exemplo, à inferioridade feminina, tida por alguns como "natural", o que, evidentemente, não era partilhado por todos os deputados. (COELHO E BAPTISTA, 2009, p.88)

Desse modo, os direitos políticos das mulheres foram excluídos dessa Constituição. Nota-se o preconceito por parte dos deputados que constituíram a assembleia, acreditando que a mulher deveria ficar fora dos assuntos políticos, e se restringir aos assuntos de seu lar e de sua família. Entretanto, alguns ainda defendiam que a mulher deveria, sim, ter o direito ao voto.

Eis que na Constituição “curiosamente, a exclusão das mulheres não foi explicitada, e o termo "cidadãos", no masculino, também não se referia a elas”(COELHO E BAPTISTA, 2009, p.89). Desse modo, começava assim uma luta para que as mulheres tivessem acesso ao voto, e que seus direitos fossem incluídos na Constituição.

Iniciasse assim, uma luta das mulheres pelo direito ao voto. As pioneiras deste movimento, foram Leolinda Daltro e Gilka Machado, que em 1910 fundaram o Partido Republicano Feminino. O objetivo deste partido era uma tentativa de conscientizar as pessoas acerca dos direitos políticos das mulheres, e assim, envolver mais mulheres nesta luta. Sendo que, nenhuma deles era elegível ou eleitora (COELHO E BAPTISTA, 2009).

Deste modo, a luta pelos direitos políticos ganhava espaço cada dia mais na sociedade. Assim várias outras mulheres, adentraram dentro desta campanha, como Bertha Lutz, que juntamente com outras mulheres criaram a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (F.B.P.F.) em 1922. Tal Instituto, tinha como objetivo a luta pelos direitos femininos, e conseqüentemente pelo direito ao sufrágio. Mas, a conquista só veio anos mais tarde, desse modo:

No ano de 1927, no estado do Rio Grande do Norte, um político (Juvenal Lamartine de Faria) fez mudanças no código eleitoral do seu estado e invocou mudanças na Constituição Federal para que a outra metade da população brasileira tivesse pleno direito de exercer seus direitos políticos. Apoiou e elegeu a filha de um chefe político de

Lajes para o cargo de prefeita daquele município. (AVELAR, 2002, p.45)

Assim, o primeiro estado a incluir a mulher no sistema político brasileiro foi o Rio Grande do Norte. Tendo registro que uma mulher chamada Celina Guimarães foi a primeira a se tornar eleitora, na cidade de Mossoró no Rio Grande do Norte em 1927. Além de que, anos mais tardes, outra mulher:

Alzira Soriano foi eleita prefeita de Lajes, tornando-se a primeira mulher no Brasil escolhida pelo voto para ocupar um cargo eletivo, na esfera do poder executivo; mas a Comissão de Poderes do Senado impediu que ela concluísse o mandato e anulou todos os votos das mulheres alistadas no Estado. (FONSECA-SILVA, 2012, p.189)

Contudo, a efetivação da mulher dentro do campo político no resto do país, só veio anos mais tarde, “o direito de voto das mulheres viria por decreto do Presidente Getúlio Vargas a 24 de fevereiro de 1932, uma vitória que soaria conservadoramente” (AVELAR, 2002, p.45/46). Deste modo, vejamos o corpo do Decreto⁵ n° 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932:

Art. 1º Este Código regula em todo o país o alistamento eleitoral e as eleições federais, estaduais e municipais.
Art. 2º E' eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.

A partir da promulgação deste artigo, as mulheres poderiam agora, exercer a sua cidadania. Entretanto, não significou uma vitória completa, pois, apenas as mulheres casadas com autorização do marido, e as mulheres viúvas, e solteiras que tivessem renda própria, poderiam votar, além que, não era obrigatório o voto feminino.

A conquista de fato, só veio efetivamente anos mais tarde, quando as restrições foram retiradas com a promulgação da carta Magna em 16 de julho de 1934, as mulheres passavam agora a se alistar obrigatoriamente, “Porém com o estabelecimento do Estado Novo, em 1937, vêm-se suspensas temporariamente as eleições no país e

⁵Decreto n° 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932. Disponível em:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>.

assim, também, a participação das mulheres até 1945” (KARAWEJCZYK, 2007, p.15). Deste modo, mais uma vitória alcançada, com esforços feministas; as mulheres conseguiram começar a exercer sua cidadania, apesar das inúmeras oposições que enfrentaram.

As mulheres a partir desta data tornaram-se eleitoras, e poderiam se candidatar aos cargos políticos. A primeira mulher a exercer o mandato de Deputada Federal, foi Carlota Pereira de Queiroz, em 1934. Entretanto, as mulheres eram a minoria dentro do quadro de governantes do país; os homens ocupavam a maioria dos cargos políticos.

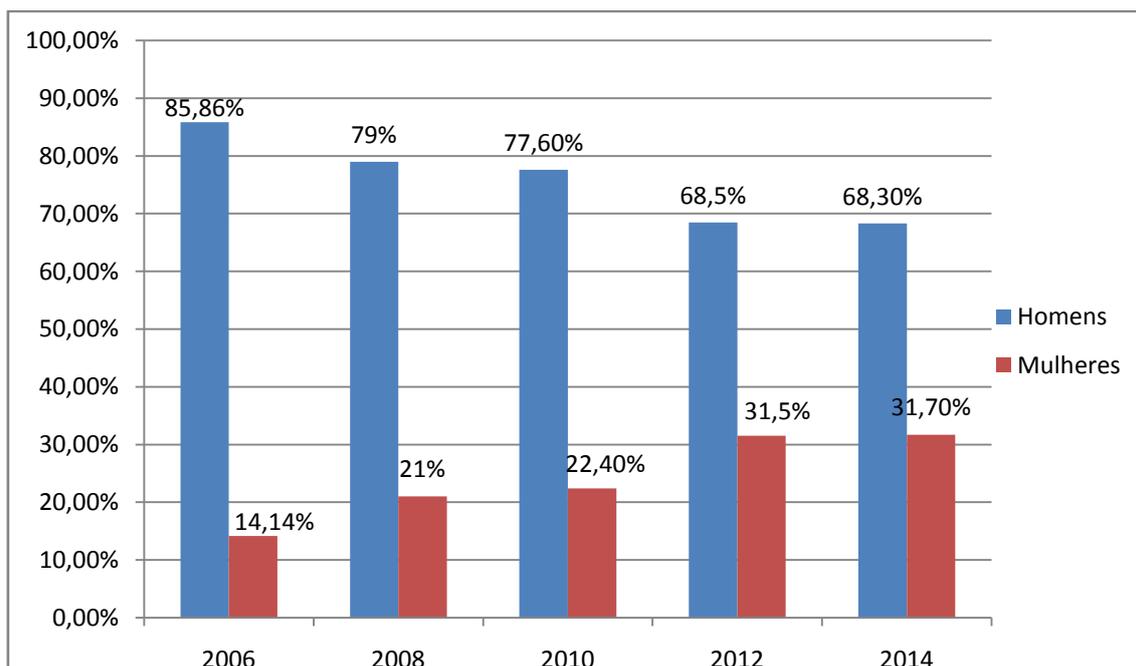
Deste modo, “[...] no ano 1997, foi aprovada a chamada Lei de Cotas (Lei 9504/97 “Art. 10, § 3º), que determina a cada partido político preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo.” (COUTO, 2012, p.15).

Assim, as cotas foram criadas para tentar amenizar as diferenças entre gênero dentro da conjuntura política do Brasil. Entretanto, o número de mulheres a ocuparem um cargo político não teve um aumento significativo. Conforme Couto(2012, p.33):

Com as cotas implantadas, os resultados das mesmas se tornaram decepcionantes, pois nas eleições de 1998 a representatividade feminina não sofreu grandes modificações, apesar do aumento das candidaturas femininas de 1994, que passaram de 6,15%, para 10,35% em 1998. Na Câmara Federal, nas eleições de 1994 foram eleitas 32 mulheres de 513 eleitos para a Câmara dos Deputados. Isso significa que apenas 6,23% do total de candidatos eleitos, eram mulheres. Nas eleições de 1998, dos 513 eleitos, apenas 29 eram mulheres, representando um total de 5,63%.

Deste modo, percebe-se que mesmo após as cotas terem sido instaladas em 1997, o número de candidatas que se elegeram diminuiu no ano seguinte, em 1998. Assim, percebe-se que as mesmas foram ineficazes. Necessitando, portanto de outras medidas mais eficazes para solucionar essa desigualdade entre homens e mulheres na política brasileira. Anos mais tarde “em 2009, com Lei 12.034/2009, conhecida como a minirreforma eleitoral, os partidos foram obrigados a preencher, e não só reservar, 30% nas chapas eleitorais para as candidatas” (Machado, 2013). Assim, vejamos os dados das candidaturas por sexo no Brasil:

Gráfico 5 - Candidaturas por sexo no Brasil:



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) (2006/2014).

Observa-se que, anos antes das mudanças na legislação das cotas (2009), em 2006, apenas 14,14% dos candidatos eram do sexo feminino, e em 2008, chegou a 21% de mulheres candidatas. Sendo assim, nota-se que existe um número muito baixo de mulheres concorrendo a cargos políticos no país. Tais números expressam a desigualdade entre homens e mulheres dentro da política, confirmando assim, o preconceito existente contra o sexo feminino.

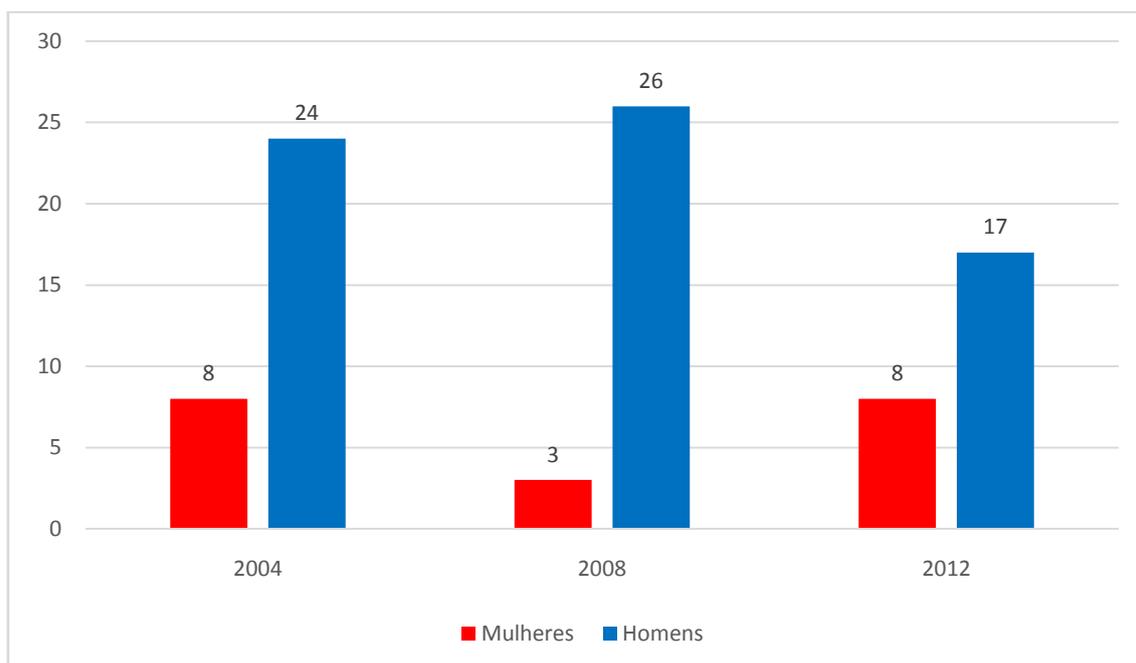
Deste modo, em 2009, a lei das cotas, visando amenizar tais diferenças entre os sexos, passou a assegurar 30% das vagas dentro dos partidos para as mulheres. Entretanto, o gráfico mostra que, o número de mulheres candidatas não sofreu grandes alterações um ano após a mudança na lei das cotas, passando para 22,4% de candidatas em 2010. Contudo, em 2012, o número de candidatas aumentou, para 31,5%, ou seja, um aumento de quase 10% em relação a última eleição em 2010. Já em 2014, o número passou para 31,7%.

Ainda de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral – TSE, em 2014, tivemos uma mulher sendo reeleita para presidente do país, além de serem eleitas 120 mulheres como Deputadas estaduais/distritais, 5 senadoras, e apenas uma governadora. Verifica-

se que, o número de mulheres concorrendo a cargos públicos teve um pequeno aumento com o passar dos anos; mas, comparado ao número de candidatos, existe ainda, uma grande diferença a ser superada.

Na cidade de Amparo-PB, não se tem uma realidade política muito diferente das demais regiões do Brasil. Vejamos assim, o número de candidatas a casa legislativa ao longo dos anos:

Gráfico 6 - Candidaturas por sexo em Amparo/PB:



(Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE). 2004/2008/2012)

A partir do gráfico vemos que o quantitativo de candidaturas para o cargo de vereador do município de Amparo-PB, é mais disputado pelos homens. Em 2004, a concorrência para as nove cadeiras na câmara da cidade, teve apenas 8 mulheres e 24 homens candidatos. Passando para 2008, o número de candidatas diminuiu para 3 candidatas e 26 candidatos. E nas últimas eleições em 2012, foram registrados 8 candidatas e 17 candidatos. Acontecendo uma pequena diminuição entre homens e mulheres concorrendo ao cargo de vereador amparense.

Nas últimas eleições para prefeito e vereadores em 2012, apenas duas mulheres se elegeram para a casa legislativa. Temos assim, uma cadeira ocupada pelo prefeito e

outra pelo vice-prefeito, e das nove cadeiras para vereadores, apenas duas são ocupadas por mulheres.

Uma realidade política que demonstra o quanto ainda as mulheres precisam evoluir dentro deste campo. Pelo gráfico percebe-se que em comparação aos homens, poucas mulheres se candidatam ao cargo de vereadora no município; E para o cargo de prefeito ainda não foi registrada nenhuma candidatura feminina. O baixo número de candidaturas e de candidatas eleitas revelam que muitas vezes, mulheres são convidadas a se candidatarem apenas para preenchimento das cotas reservadas para as mesmas nos partidos eleitorais.

A realidade política do município amparense se assemelha a realidade do Brasil, já que poucas mulheres fazem parte do quadro político em Amparo. Como já foi citado, existem apenas duas mulheres ocupando cadeiras no legislativo.

Deste modo, para entender mais sobre este quadro político no município amparense, foi entrevistada uma vereadora. Socorro (nome fictício), tem 42 anos, casada, mãe de duas meninas e tem nível superior. Atualmente exerce o segundo mandato de vereadora na cidade.

Deste modo:

Eu: Ao se tornar uma liderança política algo mudou na sua vida?

Socorro: Sim, a responsabilidade no desenvolvimento de projetos que venham a beneficiar a qualidade de vida dos nossos municípios, pensando sempre no bem da coletividade.

Socorro acredita que ao se tornar uma líder da política local, possui mais responsabilidades. Sendo assim:

Eu: Por exercer uma profissão de liderança política se acha diferente das outras mulheres?

Socorro: Em termos de igualdade não, mas na representatividade sim, no sentido de ter obrigação de representar bem as mulheres de Amparo e seus interesses na casa legislativa.

A mesma vê-se com mais obrigações que as outras mulheres, pois, traz-se para si a responsabilidades de uma mulher comum, cuidar da casa, do marido, filhos e ainda deve representar as mulheres dentro da Câmara Municipal de Amparo. Sendo assim, falando sobre suas ações dentro do legislativo municipal destaca que:

Meu projeto relevante em defesa das mulheres foi defender a nível de municípios a ampliação da licença maternidade de quatro meses para seis meses. E visto desenvolver um projeto de ressocialização das mulheres da terceira idade, onde essas mulheres possam participar de oficinas, cooperativas, desenvolvimento que possa ao mesmo tempo gerar lucro, e que insiram elas novamente na sociedade.

A vereadora, explicou que, cada cidade deverá decidir se estende a licença maternidade de 4 meses para 6 meses. Deste modo, sabendo da importância desta licença na vida da mulher, defendeu este projeto na câmara municipal de Amparo. E pretende desenvolver projetos para as mulheres da terceira de idade no município, pois, não existe muitas opções de atividades recreativas para as mesmas no município.

Em seguida, passamos para a questão da política local:

Eu: Na cidade apenas duas mulheres exercem cargos políticos. Em sua opinião por que este número é tão pequeno?

Socorro: Eu não acho este número tão pequeno, tendo em vista que em outras cidades não existem nenhuma mulher representante do poder legislativo. Embora ainda as existam cotas dos partidos dedicadas para mulheres se candidatarem, elas podem não se elegerem, como acontece.

Apesar de ser um número pequeno de mulheres dentro do quadro político do município, a mesma acha que está dentro dos padrões, pois, segundo a mesma existem cidades vizinhas que não possuem mulheres ocupando cargos públicos. Questionada sobre qual era a cidade, a mesma não conseguiu lembrar o nome do município.

A partir da fala da vereadora, ainda é possível interpretar que, as mulheres acabaram se acostumando a ocupar um número tão pequeno dentro do quadro político no município de Amparo. Percebendo-se que, poucas mulheres se envolvem com questões

políticas locais. E por sua vez, acabam reproduzindo o velho discurso que política ainda é lugar dos homens.

Sendo assim, o livro *Mais Mulheres na Política*⁶ (2015) explica quais fatores acabam afastando a mulher da vida política:

Quanto à situação da mulher na sociedade:

- A elevada carga de trabalho, com a tripla jornada.
- O caráter machista da sociedade.
- O domínio masculino dos partidos políticos.

Quanto às leis afirmativas:

- A ineficiência dentro do atual sistema brasileiro de cota nas listas de candidaturas.
- A baixa alocação de recursos nas campanhas das mulheres.
- A falta de punição aos partidos que não cumprem a legislação.
- A falta de formação e de campanhas de conscientização. (2015, p.48)

Todos esses fatores acabam contribuindo para o pequeno número de mulheres ocupando cargo políticos na sociedade brasileira. Dificultando ainda mais o acesso do universo feminino da política. Entretanto, nesse mesmo livro *Mais Mulheres na Política*, ainda traz propostas para modificar essa realidade:

O consenso é pela reserva de vagas na Câmara dos Deputados, no Senado Federal, nas Assembleias Estaduais, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, começando com 30% e elevando-se gradualmente até que a plena equidade seja alcançada (50%). (2015, p.51)

Além de:

A proposta inclui ainda o financiamento democrático de campanha com reserva de 30% dos recursos do Fundo Partidário para financiar candidaturas femininas e a previsão legal de punição para os partidos que não cumprirem as leis quanto a cotas de gênero. (2015, p.51)

⁶ *Mais Mulheres na Política*. Publicador: Brasília. Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher 2ª ed. 2015. [Internet]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em 08 de Maio de 2016.

A partir destas modificações, talvez seja possível imaginar um quadro político mais igualitário em nosso país, em nosso município. No qual, as mulheres façam parte efetivamente e sejam vistas como líderes políticas competentes. Vencendo o preconceito e o machismo que impõe a política como lugar do homem. Demonstrando que a política é o lugar de todos, independentemente do sexo/gênero ou de outras categorias.

4OS DIFERENTES PAPÉIS QUE AS MULHERES EXERCEM NO MUNICÍPIO DE AMPARO/PB.

O histórico de lutas femininas acabou transformando-as, fazendo com que passassem a enxergar um mundo de possibilidades, deixando de lado a visão restrita que tinham sobre si mesmas e sobre o mundo a sua volta. Todas essas lutas e mudanças na vida da mulher brasileira, possibilitou uma nova realidade as amparenses. Configurando assim, “novas” mulheres. Vejamos assim, as novas mulheres amparenses que a cada dia que se passa lutam pelo seu espaço nessa sociedade machista que perdura até os dias atuais.

4.1 O empoderamento da Mulher amparense através do Bolsa Família.

Em uma cidade pequena como Amparo, as fontes de empregos são apenas o serviço público, empregos esses gerados pela prefeitura ou em menor número a iniciativa privada, mercados, lojas, etc. Sendo assim, em uma cidade com poucas oportunidades de trabalho, o Programa Bolsa Família possibilita as famílias mais carentes, bem como as mulheres, uma fonte de renda mensal.

De acordo com informações retiradas no site da Caixa⁷, O Programa Bolsa Família, criado em 2003, visa atender famílias em situações de pobreza extrema, e assim, combater a fome e a situação de miséria. Ainda, o Programa visa garantir o direito à alimentação e o acesso à educação, saúde e assistência social para essas famílias. Podendo participar do Programa, famílias que tenham a renda mensal de até R\$ 77, 00 por pessoa. E famílias pobres que tem renda mensal entre R\$ 77,00 e R\$ 154,00 por pessoa, contanto, que tenham na família gestantes e crianças ou adolescentes entre 0 e 17 anos.

⁷Caixa Econômica Federal. **Programas Sociais Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 03 de maio, 2016.

Existem vários tipos de benefícios, que são: Benefício Básico, Benefício Variável, Benefício Variável Jovem e Benefício para Superação da Extrema Pobreza. Os valores dos benefícios são diferentes entre eles. Ainda vale ressaltar que, as famílias atendidas pelo Programa, possuem algumas metas a cumprir, com a saúde e educação das crianças, devendo frequentar a escola, e postos de saúde, para que assim possam continuar recebendo o benefício.

No município de Amparo na Paraíba, são 486 famílias beneficiadas com o Programa. O Bolsa Família proporcionou Conforme Moreira et al (2012, p.406):

Segundo Bronzo (2008), o PBF traz efeitos no reordenamento do espaço doméstico, na autoestima, no empoderamento e acesso feminino ao espaço público (como participação em conselhos comunitários e escolares), possibilitando às mulheres maior poder de barganha, maior capacidade de fazer escolhas e maior poder de decisão sobre o uso do dinheiro.

O programa possibilitou uma nova realidade para as mulheres, que antes sem acesso a uma renda direta todo mês e dependente do marido, passou a ter acesso ao seu próprio dinheiro. Isso gerou mudanças significativas nas vidas das mesmas.

Assim, para ilustrar mais acerca da realidade das mulheres contempladas com o Bolsa Família foi entrevistada uma beneficiária do programa no município. Uma mulher, com 35 anos, que não chegou a concluir o ensino médio, está em uma união estável, e é mãe de duas crianças; descreveu um pouco da sua vida antes e depois do programa.

Joana (nome fictício) recebe o benefício há 3 anos, e não tem outra fonte de renda, apenas quando o marido consegue algum “bico”, entra outro dinheiro em casa. Assim, é a realidade de muitas famílias no município, que tiram o sustento da casa desse dinheiro, e trabalham em empregos informais, ou na agricultura para complementar o dinheiro do benefício.

As mulheres com o cartão do Bolsa Família, que vem em seu nome, conferindo-lhe a autonomia de receber e administrar o benefício, acabou gerando o empoderamento feminino. O Fórum Econômico Mundial⁸ (2005), definiu cinco dimensões importantes

⁸FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. *Empoderamento de mulheres: avaliação das disparidades globais de gênero*. Genebra, 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/empoderamento_mulher.pdf>. Acesso em 03 de Maio, 2016.

do empoderamento e oportunidade: 1) participação econômica; 2) oportunidade econômica; 3) empoderamento político; 4) conquistas educacionais e 5) saúde e bem-estar.

O Bolsa Família, deste modo, acabou transformando a vida de várias famílias, bem como das mulheres. Sendo assim, Joana conta que antes de receber o Bolsa Família sua vida era “*apertada. Só dependia do meu marido pra tudo. Ele quem fazia a feira, e comprava tudo. E eu não tinha dinheiro pra mim. Tudo o que eu queria comprar tinha que pedir dinheiro a ele. Era muito difícil.*” Antes da existência desse programa, muitas mulheres viviam a mercê do dinheiro de seus maridos, não tendo sua própria fonte de renda.

Conforme o subsídio do sustento do lar, Joana, afirma que os dois provem o sustento da casa:

A gente faz uma complementação um do outro. Pois só o dinheiro do bolsa família não dá pra comprar tudo. Fazer a feira, pagar o bujão, a luz, e comprar as coisas pros meninos. As roupas, o material escolar, essas besteiras.

Desse modo, vemos que as mulheres passaram a contribuir com as despesas da casa. Gerando assim, modificações nas famílias, que antes dependiam exclusivamente do dinheiro do homem da casa.

Assim, o Bolsa Família, possibilitou: 1) a visibilidade das beneficiárias enquanto consumidoras; 2) a afirmação da autoridade das mulheres no espaço doméstico; e 3) a mudança da percepção das beneficiárias sobre si próprias como cidadãs (AGENDE⁹, 2006). Como foi mostrado, as mulheres passaram a ter sua própria renda, e com ela comprar alimentos, entre outros bens de consumo, recuperando assim, dentro do seu lar, sua identidade, enquanto, ajuda a prover o sustento do lar.

Conforme Leão Rego e Pinzani(2013, p.28):

Nossa hipótese fundamental repousa no fato de que a renda monetária, recebida através da bolsa família, pode criar e ampliar espaços pessoais de

⁹AGENDE, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. **O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero. Universidade de Brasília. 2006**

liberdade dos sujeitos, trazendo-lhes, conseqüentemente, mais possibilidades de autonomização da vida em geral.

O dinheiro recebido através do Programa, acaba dando as mulheres uma certa autonomia, pois, conforme Joana: *“Quem administra o dinheiro do Bolsa Família sou eu”*. E ainda conta o que compra com o dinheiro que recebe: *“Basicamente a feira. E o que sobra eu vou pagando as continhas que eu fiz comprando besteiras para casa e pros meninos”*. Assim, as mulheres passaram a ter liberdade de ter a sua própria fonte de renda, não dependendo mais do dinheiro do seu companheiro ou marido, além de decidir como gastá-lo.

As mulheres têm assim o poder de decisão sobre como utilizar o dinheiro do benefício, isto, contribui para a valorização social das mesmas. Pois, as mesmas passaram a ter condições financeiras de comprar objetos (FERREIRA, 2012). Deste modo, notamos como o Bolsa Família pode trazer mudanças significativas para as vidas dos beneficiários. Assim, a nossa entrevistada responde:

Eu: O que mudou na sua vida depois do programa?

Joana: Minha vida melhorou mais. Passei a ajudar nas despesas da casa, por que antes só tinha o dinheiro do meu marido.

Eu: Você considera que o programa bolsa família melhorou a vida das mulheres no município de Amparo?

Joana: Melhorou muito, por que muitas mulheres que são donas de casa, não tinham dinheiro antes, e agora tem um dinheirinho todo mês. Não dependem mais do marido pra tudo, e podem ajudar nas despesas da casa, comprar coisa pra gente e pros meninos.

A nossa entrevistada avalia o Programa Bolsa Família, como uma política pública que melhorou a vida das mulheres no município, antes desprovidas de uma fonte de renda segura todo mês. Causando impactos significativos nas vidas das mesmas, conforme Ferreira (p.49, 2012) *“Para tanto, com a inserção da mulher como titular no Programa Bolsa Família, elas passaram a ter autonomia, o empoderamento a emancipação”*. Conquistando assim o seu direito de escolha, que muitas vezes fora negado e sua independência financeira.

4.2 A vida de uma chefe de família em Amparo/PB.

Muitas mulheres, subsidiam o sustento familiar de suas casas em Amparo/PB, assim como no resto do mundo. Sendo mulheres divorciadas, viúvas, ou até mesmo que possuem maridos, denominadas assim chefes de famílias. Para além de mulheres que são chefes de família, existem “a família monoparental feminina é aquela em que vivem juntos mãe e filho, ou filhos, na qual a mulher é mãe solteira, divorciada ou separada que não mais quis ou teve a oportunidade de uma união estável” (Costa e Marra 2013, p.145).

Tais mulheres tomam para si a responsabilidade de cuidados com o domicílio, pela manutenção, pela proteção e sobrevivência da casa e da família pela educação dos filhos, além de, prover condições emocionais para o desenvolvimento familiar (Costa e Marra, 2013).

O que possibilitou essa mudança na configuração familiar, na qual o homem deixou de ser exclusivamente o chefe de família, segundo Macêdo (2008, p.24). “(...) destacam-se o aumento dos seus níveis de escolarização e participação no mercado de trabalho nas últimas décadas, reduzindo significativamente o modelo de provedor e único (e masculino).”

Deste modo, foi realizada uma entrevista com uma chefe de família amparense, afim de, entender como é a realidade de uma família monoparental. Maria (nome fictício), tem 51 anos, é mãe de dois filhos, viúva, não tendo mais companheiro. Formada em pedagogia, começou a trabalhar como professora desde os 16 anos.

Mulheres que sustentam a casa acabam tendo um acúmulo de atividades, pois, as mesmas precisam sair para o mercado de trabalho, além de, cuidar dos filhos e das atividades domésticas do lar. Assim, como é a vida de Maria, que já chegou a trabalhar em duas escolas, para subsidiar o sustento de sua família.

Deste modo:

Eu: Há quanto tempo é a provedora da casa?

Maria: Desde sempre.

Sustentou a casa até mesmo quando seu marido estava vivo?

Maria: Sim. Eu sempre trabalhei e sustentei a casa.

Maria de acordo com informações retiradas no site do IBGE¹⁰, ocupa um dos 219 domicílios particulares permanentes urbanos no qual a mulher é a responsável pelo domicílio no município de Amparo. Entretanto, tais dados disponíveis para consulta são de 2010, podendo ter aumentado ou diminuído.

Ainda de acordo com as estatísticas disponíveis no site do IBGE, em 2010 a proporção de famílias em que as mulheres são as responsáveis pelos seus domicílios, sem cônjuge e com filhos representam 83,2% em relação ao total de famílias do tipo responsável sem cônjuge com filho na cidade de Amparo. Nota-se que um grande número de mulheres são chefes de famílias na cidade. Sendo assim, Maria é uma das tantas mulheres fazem parte dessa realidade.

Em uma sociedade que dita que o homem é quem deveria ser chamado de chefe de família, sendo o provedor do sustento financeiro da família, as mulheres que ocupam tal posição acabam sendo alvo de preconceitos e comentários (Costa e Marra, 2013). Assim, Maria conta que *“amigas falaram que não aceitariam tal situação”*. Já que a mesma sempre sustentou a casa, mesmo enquanto seu marido ainda estava vivo. Entretanto, a opinião da sua família sobre sua situação: *“me acham uma mulher forte, pois sempre estudei, passei em dois concursos para professora, e ainda sempre cuidei da casa e criei meus dois filhos”*. Sendo assim, vemos que a família apoia a condição familiar da mesma.

Por último, Maria descreve o que acha de ser uma mulher chefe de família: *“situação chata em alguns momentos, a exemplo, resolver todos os problemas do dia-a-dia. É uma situação cansativa”*. As mulheres chefes de família acabam assim com acúmulos de atividades. Assim, conforme Macêdo(2008, p.213):

(...) são obrigadas a confrontar, em vários momentos, os códigos culturais e estereótipos gendrados existentes e, ao mesmo tempo, instadas a reconstruir sua própria identidade e subjetividade pela vivência de uma multiplicidade de posições enquanto sujeito que está

¹⁰ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em:<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250073&idtema=132&search=paraibalamparolsistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

no mundo objetivo em que, simultaneamente, trabalha, é mãe, filha estuda, tem amigos, vota e, pequeno detalhe, *chefia* seu núcleo doméstico-familiar.

Deste modo, vemos que a vida uma chefe de família, é cheia de atribuições. Na qual, a mulher leva uma jornada dupla, se dividindo entre a casa, filhos e o campo profissional. Além de, enfrentar os preconceitos ao qual são submetidas diariamente na sociedade.

4.3 A Maternidade da mulher amparense: como é vista nos dias atuais?

Passou a existir assim, um acúmulo de tarefas nas vidas das mulheres, que agora deixaram de cuidar exclusivamente da casa, do marido, e saíram para conquistar o mercado de trabalho. Conforme Costa e Androsio(2010, p.09):

De acordo com a SPM, Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República, e a OIT, Organização Internacional do Trabalho (2009), manter a igualdade entre homem e mulher se tornou tarefa difícil, pois a mulher teve afazeres adicionais além do trabalho profissional ela mantém sua casa com relação aos cuidados com o filho e até mesmo na organização da casa em muitos casos.

Assim, ficou para elas a difícil missão de conciliar a dupla jornada de passar o dia fora de casa estudando ou trabalhando, e ao chegar a seu lar, ainda deverá cuidar dos filhos, das atividades domésticas, além de ser uma boa esposa. O homem, que por sua vez tem menos cobranças, ao chegar em casa após sua jornada diária, irá descansar, não sendo cobrada por outras atividades.

Sendo assim, um ponto importante nas vidas das mulheres, é a maternidade, o qual ganhou um destaque novo. As mesmas passaram a ter uma vida atribulada, antes, as mulheres estavam voltadas exclusivamente para as atividades do lar e o cuidado com os filhos. Atualmente, esta realidade se modificou, existindo um acúmulo de tarefas na vida das mesmas.

A maternidade, acabou assim, sendo deixada de lado por algumas mulheres. Deste modo, para entender um pouco mais sobre a questão da maternidade no município foi entrevistada uma Técnica de Enfermagem. Carla (nome fictício) é formada em técnico de enfermagem, tem 45 anos, não tem filhos e é divorciada. Exerce a sua função há 28 anos, sendo mais de 10 anos, aqui no município.

Nossa entrevistada Carla, discorre sua opinião sobre a maternidade como:

Ser mãe é uma graça que Deus concedeu as mulheres. Nem todas as mulheres conseguem essa graça, e muitas mulheres que tem esse privilegio acabam abandonando seus filhos, ou até mesmo matando-os.

Deste modo, observa-se que a opinião de Carla é um discurso reproduzindo pela sociedade, que, por sua vez dita que a mulher nasceu para casar e se reproduzir. Mas, existem jovens que optaram por não se tornarem esposas e mães, e acabam sendo criticadas por tais escolhas.

Quando as mulheres deixam a maternidade de lado, acabam travando um impasse, pois, reproduzir é a função biológica para qual as mulheres nasceram, de acordo com os discursos reproduzidos na sociedade. Contudo, a luta feminina pela liberdade de decidir o que vão fazer com suas vidas, atualmente permite que, as mesmas possam fazer suas próprias escolhas, e assim tomar suas próprias decisões, inclusive decidir o que fazer sobre o seu corpo.

As mulheres estão deixando de lado a maternidade por diversos motivos como explica Santos (2013, p.12) “Perpassam os discursos acerca das razões para não se ter um filho questões de ordem econômica, ambiental, moral, mas, sobretudo, relacionadas à responsabilidade atrelada a esse papel, que nem sempre pode ser assumida por qualquer pessoa”. E sendo que, os métodos anticonceptivos, garantem e possibilitam as mesmas evitar a gravidez e conseqüente não se tornarem mães.

O aborto é proibido no Brasil, salvo a possibilidade de aborto de acordo com o Art. 128 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40, em 07 de Dezembro de 1940:

Art. 128 - Não se pune o aborto praticado por médico:

Aborto necessário

I - se não há outro meio de salvar a vida da gestante;

Aborto no caso de gravidez resultante de estupro

II - se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal.

A possibilidade de um aborto legal no Brasil, ficaria resumida a esses dois casos, se a gravidez for de risco, ou em caso de vítima de estupro. Apenas nestes casos a mulher poderia interromper a gestação legalmente. Entretanto, anos mais tardes, em 2012, foi aprovada a possibilidade de interromper a gestação em caso de bebês anencefálicos. Como mostra o:

“Art. 128.....

I -.....

II -.....

III – se o feto é portador de anencefalia, comprovada por laudos independentes de dois médicos (NR).”

Conforme o mostrado, a Constituição brasileira assegura que, as mulheres, possam ter a autonomia de interromper a gestação nestes seguintes casos. Dando assim, a mulher, liberdade de escolha ao decidir se continua ou não com a gestação. Entretanto, mesmo tendo este direito garantido em lei, ainda existem os posicionamentos contrários a esse direito. Pautados no direito a vida, muitas pessoas condenam o aborto legal. Portanto, a escolha de não ser mãe, é vista com maus olhos por grande parte da sociedade brasileira.

O aborto salvo nos casos já comentando, é terminantemente proibido no Brasil. Porém, os números mostram que muitas mulheres se submetem a este procedimento em clínicas clandestinas. De acordo com Diniz e Medeiros “A PNA¹¹ indica que o aborto é tão comum no Brasil que, ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto” (2010, p.964). Tal pesquisa, mostra que uma a cada cinco mulher com mais de 40 anos de idade já realizou o aborto.

¹¹PNA: Pesquisa Nacional do Aborto.

Entretanto, esses números ainda podem ser maiores, já que não foram levados em consideração os números de abortos que uma mesma mulher pode realizar, e nem foram contabilizadas as mulheres que moram em zonas rurais (Diniz e Medeiros, 2010). Assim, vemos uma sociedade marcada por tabus, e se impondo ainda sobre o corpo feminino. Entretanto, está imposição custa milhares de vidas todos os anos no Brasil, em decorrência de complicações dos abortos ilegais

Em uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, é comum o estranhamento de muitos com relação ao comportamento feminino atual, com elas que se tornam cada vez mais competitivas no campo profissional, e as que optam por não se tornarem mães, e que chegam até mesmo a interromper a gestação. Sendo assim:

Eu: Ao longo da sua carreira profissional aqui na cidade, já conheceu alguma mulher que optou por não se tornar mãe? Se sim, pode me contar mais sobre o caso.

Carla: Conheço sim, mas no caso é por que a mulher não tinha condições por problemas de saúde. A criança poderia nascer com má formação, ou nascer morta. E também tinha risco para a mãe. Então ela optou por não ter filhos. Quando é assim, é preciso ter consciência dos problemas.

A nossa entrevistada, que é técnica de enfermagem, desconhece que no município, tenha tido casos de mulheres que optaram por não se tornar mãe, salvo em caso de problemas de saúde da mãe e do bebê. Tendo assim, uma realidade diferente das demais regiões do Brasil.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No seio da sociedade brasileira sempre esteve impregnado o patriarcalismo, que, por sua vez, colocava a mulher em posição de inferioridade perante aos homens, desde o pai, irmão, marido, etc. O poder masculino, era tido como legítimo, e assim mantinham o controle dos corpos e das vidas das mulheres (NARVAZ E KOLLER, 2006).

O modelo de patriarcalismo que fora seguido no Brasil no período colonial, resiste até hoje, contudo:

Apesar das prescrições normativas, as famílias desvelam em seu bojo marcas de subversão e de resistência às normatizações impostas, emergindo daí papéis familiares cotidianamente vividos de forma plural, heterogênea, criativa e subversiva. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p.53)

Desse modo, mesmo o modelo normativo do patriarcado resistindo, a sociedade brasileira, passou a existir novos arranjos familiares; no qual, a mulher, além de exercer a função de cuidadora da casa e família, passou também a contribuir financeiramente com as despesas do lar, além de existir as que se tornaram a chefe da família, provendo o sustento familiar. Ainda advieram novos modelos familiares, com a modernidade

A modernidade chegou trazendo consigo novas configurações sociais; Giddens, em seu livro *Modernidade e Identidade*, decorre sobre tais mudanças que advieram no período pós-tradicional:

O casamento moderno, observa, diferentemente de seu antecessor tradicional, depende de compromisso voluntário duradouro. Há menos filhos a cuidar do que antes, e a divisão do trabalho entre os homens e as mulheres dentro e fora da casa ficou menos clara. O ambiente social em que as relações conjugais são constituídas e sustentadas ficou perturbador e instável. O resultado é certamente que muitos indivíduos se sentem sitiados e em guerra. (GIDDENS, 2002, p.163/164)

Após anos, a modernidade finalmente chegou trazendo consigo mudanças significativas nas vidas de mulheres e homens. Esses novos arranjos sociais, acarretaram em relações mais instáveis e conflitantes entre os indivíduos. Os homens,

por sua vez, sentem-se mais inseguros, por não se verem mais no controle das situações como antes.

Com a chegada da modernidade, e a história de conquistas femininas, ao longo dos séculos, mostra que:

O homem, por essas razões, está em estado de choque, não sabe como lidar com essa nova identidade da mulher que está em forte processo de mudança. Ouvi o depoimento de um marido cuja mulher é empresária de sucesso: "*Lugar de mulher é em casa, bem perfumada e bonita, administrando o lar. O trabalho pesado é para o marido*". (VIEIRA, 2005, p.231)

O sexo masculino, demonstram uma não compreensão da mulher atual; pois, as mesmas, buscam independência, liberdade e igualdade. Eles, que estão acostumados com suas esposas em casa, voltadas apenas para as atividades do lar, e não exercendo as mesmas funções no mercado do trabalho, dividindo as cadeiras nas escolas e Universidade, ocupando também cargos políticos.

A partir dos dados estatísticos apresentados sobre o campo profissional, educacional e político, e com as entrevistas, observamos que as mulheres obtiveram êxito em diversas das suas lutas. Deste modo, as mesmas estão ocupando cargos de destaque no mercado de trabalho, entretanto, há preconceito, e assim, por vezes os homens ficam com as melhores condições salariais. Passaram também a frequentar escolas, apesar que, o maior número de matriculados ainda é o do sexo masculino; entretanto, as mesmas já são a maioria no frequentando o ensino superior. Ainda, adentraram no campo da política, apesar que, os homens ainda são a maioria, ocupando o maior número de cargos.

Ao estudar a realidade amparense, considera-se que, ao longo dos anos, fora conquistada a liberdade feminina, e com ela passou a existir mulheres que saem para trabalhar, e ao chegar em casa vão cuidar de sua família, levando uma jornada dupla. Constitui-se também, a mulher que é chefe de família, sendo a provedora do sustento do lar. Mulheres que deixaram de lado a dependência financeira que tinham do marido, ou companheiro com ajuda do auxílio financeiro do bolsa família.

Ocupando espaços que antes eram restritos aos homens, a mulher amparense/brasileira vem adentrando cada vez mais nos espaços públicos. Ressalta-se, a

difícil história percorrida pela classe feminina; o sucesso foi conquistado em diversos campos. Assim, nos dias atuais temos novas mulheres. Configura-se assim:

A nova identidade da mulher agora se confronta com um mundo instável, em crise de valores, fragmentado, sem direção clara sobre o que ser, o que fazer, o que sentir e pensar, de como viver uma vida significativa e plenamente realizada. Esse novo contexto criado pela pós-modernidade coloca o sujeito diante de uma multiplicidade nunca vista de escolhas e de oportunidades, traz também à tona a possibilidade de análise, do autoconhecimento da mulher, do seu corpo, da sua vida e do que fazer dela. Traz também indicações de como se relacionar com o outro e uma nova concepção de destino como algo aberto, a ser preenchido pela interação de desejos e de liberdades da vida de cada um. (VIEIRA, 2005, p.237)

As mulheres, que deixaram de lado a submissão, e cada vez mais estão atuantes em todos os setores da sociedade. Podendo escolher quais rumos tomar. É claro que, as mulheres não vivem em um mar de rosas, sem preconceitos, ou pessoas machistas interferindo em suas vidas, mas já existem várias vitórias para se orgulhar, e é certo que nem tudo foi conquistado. Cabendo, as mesmas continuarem as lutas das pioneiras; lutando assim, por um mundo melhor, mais igual, no qual os dois gêneros conviviam em harmonia, sem que um tente se sobressair sobre o outro.

REFERÊNCIAS

AGENDE, Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento. **O Programa Bolsa Família e o Enfrentamento das Desigualdades de Gênero**. Universidade de Brasília. 2006.

ALGRANTI, I, M. **Honradas e Devotas: Mulheres da Colônia: (Estudo sobre a condição feminina através dos conventos e recolhimento do suldeste – 1750-1822)**. 1992. 369 f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1992.

ALVES, S, Q, C. **A mulher no contexto do trabalho/família: Jornada dupla ou desafio?**. Monografia (graduação em Psicologia). Universidade Potiguar – UNP. Rio Grande do Norte, 2002.

ARAUJO, Gilda Cardoso de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". **Educ. rev.**, Curitiba, n.39, p.279-292, Abril. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Junho 2016.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.

BRASIL. **Decretonº2848/40 de 07 de dezembro de 1994**. Regulamenta a concessão de que trata o art. 128 do código penal da Lei nº 2.848. Jusbrasil. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/topicos/10624811/artigo-128-do-decreto-lei-n-2848-de-07-de-dezembro-de-1940>>. Acessado em: 05 de novembro de 2015.

AVELAR, Lúcia. (2002). Mulher e política: o mito da igualdade. **Social Democracia Brasileira**, Brasília, v. 1, n.2, pp. 40-54, mar. 2002.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. INEP. **Básica senso escolar**. Disponível: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acessado em: 02 de novembro de 2015.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Do original La Domination Masculine, 1998.

BORIS, Georges Daniel; CESIDIO, Mirella de Holanda. Mulher, corpo e subjetividade: uma análise desde o patriarcado à contemporaneidade. **Rev. Mal-Estar Subj.**, Fortaleza, v.7, n.2, set. 2007. Disponível em:
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000200012&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 18 nov. 2015.

Blay, Eva Alterman e Conceição Rosana R. da. A mulher como tema nas disciplinas da USP. **Cadernos de Pesquisa**, nº 76, fev. p. 50-56, 1991.

BURILLE, C, F, S. **Trajetória da mulher na história do Brasil:** submissas ou arditosas? In: XI Encontro de História oral, 2012, Rio de Janeiro-RJ. Memória, democracia e justiça, 2012. Disponível em <http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1338343549_ARQUIVO_ARTIGO_TRAJETORIADAMULHERNAHIST_BRASIL.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v.37, n.132, p.537-572, Dez. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742007000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 julho 2015.

BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. **Trabalho Feminino no Brasil:** novas conquistas ou persistência da discriminação? (Apresentação de Trabalho/Seminário). Chicago, Illinois – USA. September 24–26, 1998. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/lasa98/Bruschini.pdf>>. Acesso em 26 julho 2015.

Caixa Econômica Federal. **Programas Sociais Bolsa Família.** Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>. Acesso em 03 de maio, 2016.

CAMARGO, E, C. **A mão-de-obra feminina no mercado de trabalho brasileiro:** uma análise a partir da divisão sexual do trabalho. 2014. 45 f. Monografia (Graduação Ciências Econômicas). Universidade Federal de Alfenas – UNIFAL. Varginha/MG.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, vol.9 no.17 p.85-99jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 14 jun. 2016.

COUTO P, A, J. **Mulheres e política:** percepções e atuação política das vereadoras de campos dos Goytacazes. 2012. 122 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2012.

COSTA, Florença Ávila de Oliveira; MARRA, Marlene Magnabosco. Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção. **Rev. bras. psicodrama**, São Paulo, v.21, n.1, p.141-153, 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-53932013000100011&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 maio 2016.

COSTA, I, H; ANDROSIO, V, O. **As transformações do papel da mulher na contemporaneidade.** Governador Valadares, MG. 2010. Disponível em: <<http://www.pergamum.univale.br/pergamum/tcc/Astransformacoesdopapeldamulheracontemporaneidade.pdf>>. Acessado em: 05 de novembro de 2015.

CUNHA, W, D, S; SILVA, R, J, V. **A educação feminina do século XIX:** entre a escola e a literatura. Niterói, v. 11, n. 1, p. 97-106, 2. 2010.

Brasil. **Decreto nº 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932.** Decreta o Código Eleitoral. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acessado em 29 de julho de 2015.
DEL PRIORE, M. **Histórias e Conversas de Mulher.** 1 ed. São Paulo: Planeta, 2013.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. **Ciênc. Saúde coletiva** [online]. 2010, vol.15, suppl.1, pp.959-966. ISSN 1413-8123. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v15s1/002.pdf>>. Acessado em 06 de novembro de 2015.

SANTOS, Kátia Alexsandra dos. As vicissitudes da mulher contemporânea: ser mãe ou não ser. **Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Lingüística e Literatura Letra Magna.** Ano 09-n.16. 1º Semestre de 2013. Disponível em: <http://www.letramagna.com/art_16_8.pdf>. Acessado em: 05 de novembro de 2015.

DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. **Estud. av.**, São Paulo, v.17, n.49, p.151-172, Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 18 Nov. 2015.

FERREIRA, Valdeci da Silva. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA.** 2012. 86 f. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Colegiado do Curso de Serviço Social. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira – Bahia.

FONSECA-SILVA, MC. **Memória, mulher e política:** do governo das capitânias à presidência da república, rompendo barreiras. In TASSO, I., and NAVARRO, P., orgs. Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas [online]. Maringá: Eduem, 2012. pp. 183-208. ISBN 978-85-7628-583-0. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 13 jun de 2016.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Empoderamento de mulheres:** avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005 [Internet]. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/.arquivos/empoderamento_mulher.pdf>. Acesso em 03 de Maio, 2016.

GIDDENS, Anthony. (1938). **Modernidade e identidade.** Tradução, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed. 2002.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia.** Tradução Sandra Regina Netz. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Rev. adm. empres.**, São Paulo, v.35, n.3, p.20-29, jun. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000300004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 09 jun. 2016

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=250073&search=paraibalamparolinfograficos:-historico>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2000/2010**. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=250073&idtema=132&search=paraibalamparolsistema-nacional-de-informacao-de-genero-uma-analise-dos-resultados-do-censo-demografico-2010>>. Acesso em: 09 de maio 2016.

KARAWEJCZYK, M. mulheres, modernidade e sufrágio: uma aproximação possível. Fênix – **Revista de História e Estudos Culturais**, Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2007, Vol. 4, Ano IV nº 4. Disponível em <http://www.revistafenix.pro.br/PDF13/SECAO_LIVRE_ARTIGO_8-Monica_Karawejczyk.pdf> Acessado em 29 de julho de 2015.

LEÃO REGO, Walquíria, Domingues; PINZANI, Alessandro. LIBERDADE, DINHEIRO E AUTONOMIA O caso da Bolsa Família FREEDOM, MONEY AND AUTONOMY The case of Bolsa Família. **POLÍTICA & TRABALHO**, Revista de Ciências Sociais, 38, Abril de 2013, pp.21-42. Disponível em <<http://www.mobilizadores.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/Liberdade-dinheiro-e-autonomia.pdf>> acesso em 02 de abril 2016.

MACÊDO, M, S. **Na trama das interseccionalidades**: mulheres chefes de familia em salvador. 2008. 247 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia. Salvador/Bahia. 2008.

MACHADO, Monica Sapucaia. Mulheres e o Poder. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVI, n.118, nov. 2013. Disponível em: <http://ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13879>. Acessado em 15 de agosto 2015.

MANOEL, I. A. **Igreja e educação feminina (1859-1919)**. Uma face do conservadorismo. 1ª ed. São Paulo: Ed. da Unesp, 1996.

MATOS, V, L, D. **A mulher na pós-modernidade**: uma breve reflexão sobre identidade, papéis sociais e emoções. 2005. 55 f. Monografia (Graduação em Psicologia). UniCEUB – Centro Universitário de Brasília. Brasília/DF, Junho de 2005.

Mais Mulheres na Política. Publicador: Brasília. Senado Federal, Procuradoria Especial da Mulher; Brasília: Câmara dos Deputados, Secretaria da Mulher 2ª ed. 2015. [Internet]. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em 08 de Maio de 2016.

MEDEIROS, Raquel. **Era Nova**: a revista dos modernos anos 20 da Parahyba do Norte. Nas entre linhas, (2011). [Internet]. Disponível em: <<http://www.nasentrelinhas.com.br/noticias/costurando-ideias/052/era-nova-a-revista-dos-modernos-anos-20-da-parahyba-do-norte/>>. Acesso em 12 de jun. 2016.

Caixa Econômica Federal. **Programas Sociais Bolsa Família**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/bolsa-familia/Paginas/default.aspx>>.

MOREIRA, Nathalia Carvalho et al. Empoderamento das mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na percepção dos agentes dos Centros de Referência de Assistência Social. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v.46, n.2, p.403-423, Abril. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122012000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 27 Abril. 2016.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n.1, p.49-55, Abril. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 14 Nov. 2015.

NOGUEIRA, C. (2001). Um Novo Olhar sobre as Relações Sociais de Gênero - Feminismo e Perspectivas Críticas na Psicologia Social. Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian/ Fundação para a Ciência e a Tecnologia. 2001

PERROT, M. “Sair.” In: FRAISSE, G; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres no Ocidente: o século XIX**. Porto: Afrontamento, 1994.

BRASIL. **PROJETO DE LEI Nº 4360, DE 2004**. Acrescenta inciso ao artigo 128 do Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Documentos Jurídicos. [Internet]. Disponível em: <http://www.ghente.org/doc_juridicos/pl4360.htm>. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

PROBST, Elisiana Renata. **A Evolução da mulher no mercado de trabalho**. Instituto Catarinense de Pós-Graduação – ICPG. Santa Catarina, 2003. [Internet]. Disponível em: <<http://www.icpg.com.br/artigos/rev0205.pdf>>. Acesso em: 26 de julho de 2015.

QUERINO, L, C, S; DOMINGUES, M, D, S; LUZ, R, C. A evolução da mulher no mercado de trabalho. **E-FACEQ**: revista dos discentes da Faculdade Eça de Queirós, ISSN 2238-8605, Ano 2, número 2, agosto de 2013. Disponível em <<http://www.faceq.edu.br/efaceq/downloads/numero02/4%20A%20mulher%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf>>. Acesso em: 24 de julho de 2015.

ROCHA, A, C et al. A EVOLUÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTA DA MULHER AO LONGO DOS TEMPOS. Cadernos de Graduação – Ciências Humanas e Sociais. Aracaju, v. 1, n. 17, pg.77-84, out. 2013.

SALES, Ana Maria C.; SILVA, Evanice dos Santos. **Eudésia Vieira: rompendo o silêncio**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008.

SANTOS, Kátia, Aleksandra, as vicissitudes da mulher contemporânea: ser mãe ou não ser?. *Letra Magna (online)*. **Revista de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura**. Ano 09, n.16. 1º Semestre de 2013. Disponível em: <http://www.letramagna.com/art_16_8.pdf>. Acesso em: 05 de novembro de 2015.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 35, jan. 2004. ISSN 0104-026X. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2004000200003/7860>>. Acesso em: 10 maio de 2016.

TILLY, Louise, A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n.3, p.28-62, jan. 2007. ISSN 1809-4449. Disponível em:<<http://periodicos.bc.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722/1706>>. Acesso em 22 jul. 2015.

TSE. Tribunal Superior Eleitoral. **Eleições anteriores**. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/eleicoes-anteriores>>. Acesso em: 20 de abril 2016.

VIEIRA, Josênia, Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, São Paulo, v.21, n. spe, p. 207-238, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-44502005000300012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 10 Nov. 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A- TERMO DE CONCENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**Universidade Federal de Campina Grande****Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido****Unidade Acadêmica de Educação do Campo****Curso de Licenciatura em Ciências Sociais****Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**

Dados de identificação **A REALIDADE DA MULHER NO MUNICÍPIO DE AMPARO/PB NA DÉCADA DE 2016 NO SÉCULO XXI**

Pesquisadores Responsáveis: Janine da Silva Costa e Valdonilson Barbosa dos Santos. Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Universidade Federal de Campina Grande. Telefones para contato: (83) 3353 1850 (83) 99651 0933

Nome do voluntário _____ Idade: _____ anos.

R.G. _____ CPF _____

O Sr. (ª) está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa acima citadosob responsabilidade dos pesquisadores Janine da Silva Costa e Valdonilson Barbosa dos Santos, o qual pretende identificar como se dá a vida das mulheres amparenses .Sua participação é voluntária e se dará por meio de depoimento oral sobre o caso a ser estudado. Se o Sr.(ª) aceitar participar, estará contribuindo para o Trabalho de Conclusão de Curso de Janine da Silva Costa que busca compreender a realidade feminina no município de Amparo/PB. Se depois de consentir sua participação o Sr. (ª) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O (a) Sr.(ª) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardada em sigilo. Para qualquer outra informação, o (a) Sr. (ª) poderá entrar em contato com os pesquisadores no endereço: Universidade Federal de Campina Grande, Rua Luis Grande, s/n, Bairro Frei Damião ou pelo telefone (83) 3353-1850.

Janine da Silva Costa

Valdonilson Barbosa dos Santos. Eu,

_____, declaro ter sido informado e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Sumé, _____ de _____ de _____

Nome e assinatura do participante

APÊNDICE B –INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM A REPRESENTANTE POLÍTICA DE AMPARO/PB.

1. Idade?
2. Casada?
3. Tem filhos?
4. Escolaridade?
5. Há quanto tempo exerce o cargo de vereadora na cidade?
6. Ao se tornar uma liderança política algo mudou na sua vida?
7. Sim, a responsabilidade no desenvolvimento de projetos que venham a beneficiar a qualidade de vida dos nossos munícipes, pensando sempre no bem da coletividade.
8. Por exercer uma profissão de liderança política se acha diferente das outras mulheres?
9. Como vereadora já criou projetos específicos para as mulheres na cidade? Se sim, quais? Se não, existe algum projeto voltado para as mesmas na cidade? Qual?
10. Na cidade apenas duas mulheres exercem cargos políticos. Em sua opinião por que este número é tão pequeno?

**APÊNDICE C – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE
CONDUÇÃO DE ENTREVISTA.**

**MODELO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM UMA BENEFICIÁRIA
DO BOLSA FAMÍLIA.**

1. Idade?
2. Casada?
3. Tem filhos?
4. Escolaridade?
5. Há quanto tempo recebe o bolsa família?
6. Tem uma alguma outra fonte de renda fora o bolsa família?
7. O que mudou na sua vida depois do programa?
8. Seu marido trabalha em que?
9. Quem sustenta a casa?
10. Com o dinheiro do bolsa família você compra o que?
11. Como era antes do bolsa família?
12. Quem administra o dinheiro do bolsa família?
13. Você considera que o programa bolsa família melhorou a vida das mulheres?

APÊNDICE D – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA

MODELO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM UMA PROFISSIONAL DE SAÚDE.

1. Idade?
2. Casada?
3. Tem filhos?
4. Qual a sua profissão?
5. Há quanto tempo exerce a profissão na cidade?
6. Qual é a sua opinião sobre a maternidade?
7. Existem mulheres que optam por não terem filhos, e que lutam pelo direito de fazer a cirurgia de laqueadura ou recorrem ao aborto. Qual a sua opinião sobre estas mulheres?
8. Ao longo da sua carreira profissional aqui na cidade, já conheceu alguma mulher que optou por não se tornar mãe? Se sim, pode me contar mais sobre o caso.

APÊNDICE E – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: ROTEIRO DE CONDUÇÃO DE ENTREVISTA

MODELO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM UMA CHEFE DE FAMÍLIA.

1. Idade?
2. Casada?
3. Filhos?
4. Escolaridade?
5. Qual sua profissão?
6. Há quanto tempo é a provedora da casa?
7. Qual a opinião da sua família sobre sua situação?
8. Já ouviu comentários da sociedade sobre sua situação? Se sim, quais.
9. E o que você acha de ser a provedora da casa?